

Universidade do Minho
Escola de Psicologia

Eloísa Alexandra Silva Mendes

**Redes Sociais Pessoais e Perceção da
Qualidade de Vida das Crianças e Jovens
Institucionalizados – O papel das
*Famílias Amigas***

Tese de Mestrado Integrado em Psicologia

Área de Especialização em Psicologia da Justiça

Trabalho realizado sob a orientação da

Professora Doutora Paula Cristina Martins

Outubro 2011

DECLARAÇÃO RELATIVA AO DEPÓSITO DA DISSERTAÇÃO NO REPOSITORIUM

Nome: Eloísa Alexandra Silva Mendes

Endereço Eletrónico: a49006@alunos.uminho.pt

Título da Dissertação de Mestrado: Redes Sociais Pessoais e Perceção da Qualidade de Vida das Crianças e Jovens Institucionalizados – O papel das *Famílias Amigas*

Orientadora: Professora Doutora Paula Cristina Martins

Ano de Conclusão: 2011

Designação de Mestrado: Mestrado Integrado em Psicologia – Área de Especialização em Psicologia da Justiça

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO PARCIAL DESTA TESE, APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE

Universidade do Minho, ___/___/_____

Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

A realização de uma dissertação de Mestrado representa muito mais do que o fim de um curso. É a realização pessoal, o alcance de um dos maiores objetivos a que me propus, é o culminar de um percurso académico de que me orgulho pela persistência, motivação e gosto pela área, tão incitadas e nada possíveis sem o auxílio da minha rede social pessoal. Às figuras significativas que preenchem o meu mapa relacional, que com os seus diferentes papéis caminharam ao meu lado, o meu profundo agradecimento.

A todos os professores que ao longo do curso me ofereceram e contagiaram com o entusiasmo que tanto os caracteriza;

À Professora Doutora Paula Cristina Martins pelo apoio emocional, instrumental e técnico; pela disponibilidade, compreensão e gosto em partilhar;

À Doutora Lúcia Gonçalves que sempre demonstrou acreditar em mim e genuinamente me transmitiu muitos ensinamentos;

Aos técnicos dos Lares de Infância e Juventude que gentilmente despenderam do seu tempo para participarem neste estudo;

Aos colegas com quem compartilhei do tema pela partilha de saberes;

Aos meus amigos pela paciência, incentivo e capacidade para ouvir;

À minha família por me ter proporcionado esta experiência, pelas condições com que o fez e pela troca de conhecimentos;

Ao meu noivo pela espera e tolerância; por me proporcionar momentos de lazer e pelas conversas motivadoras;

E com um grande ênfase, quero agradecer a todas as crianças/jovens que deste estudo fizeram parte, pelo tempo que despenderam na participação, pela inspiração e desejo que despertaram em mim para uma realidade institucional mais justa, direccionada e incisiva.

A todos, espero já ter ou vir a retribuir o apoio prestado... Muito obrigada!

RESUMO

Este é um estudo exploratório que tem como principais objetivos analisar a rede social pessoal de 26 crianças e jovens em regime de acolhimento residencial e avaliar a eventual relação com a sua percepção de qualidade de vida, focando o papel das *famílias amigas*. Foram utilizados o IARSP-R e o questionário Kidscreen-52 e realizada ainda uma entrevista semi-estruturada sobre o projeto *famílias amigas* aos psicólogos das instituições. No que toca aos resultados, ressalta-se que, tendencialmente, estas redes são compostas por cerca de 9 elementos, em que a família é o quadrante mais representativo; a maioria das figuras significativas para as crianças e jovens é percecionada por estas como fonte de apoio, reside na mesma cidade e mantém com elas um contacto diário. A percepção de qualidade de vida das crianças/jovens é globalmente positiva, tendo sido encontradas associações estatisticamente significativas com características sociodemográficas como a idade e duração do acolhimento, e com a percepção do apoio prestado pelos membros da rede. As *famílias amigas* são caracterizadas pelos técnicos como um recurso de elevada importância no desenvolvimento das crianças/jovens; contudo, este parece não determinar diferenças significativas na rede social nem na percepção de qualidade de vida das crianças/jovens acolhidos.

Palavras-chave: Rede Social Pessoal, Qualidade de Vida, *Famílias Amigas*, Crianças e Jovens em Acolhimento Residencial

ABSTRACT

This is an exploratory study with the purposes of analyze the personal social network of 26 children and young people at residential care and the evaluation of an eventual association with the perception of life quality, focus on the *Friendly Families* role. The instruments used were IARSP-R and the query Kidscreen-52 and was made a semi-structured interview about the *Friendly Families* project to the institutions psychologists. As regards the results, it is emphasized that nets composition tend to have about 9 elements with the family as the most representative quadrant; the majority of figures are seen as support providers, they live at the same city and have a daily contact with them. The life quality perception of children/young people is globally positive and associations statistically significant were found with socio-demographic features as age and the duration of residential care and with children/young people perception of network members support. The *Friendly Families* are characterized by techniques as one of the highest resource as it concerned the development of children/young people, however it seems not to determinate significant differences nor in the social network or at life quality perception of children/young people at residential care.

Keywords: Personal Social Network, Life Quality, *Friendly Families*, Children and Young People at Residential Care

ÍNDICE

Introdução	6
Parte I: Enquadramento Teórico	7
Capítulo I: Redes Sociais Pessoais	7
1.1. Contextualização da temática	7
1.2. Redes Sociais Pessoais: Concetualização	9
1.3. Representação e análise das Redes Sociais Pessoais	10
1.4. Redes Sociais Pessoais, avaliação e intervenção	12
Capítulo II: O papel das figuras significativas na perceção de qualidade de vida da criança/jovem	13
2.1. A família	15
2.2. Os amigos	16
2.3. A instituição	17
2.4. A comunidade	18
Parte II: Metodologia	19
Objetivos	19
Questões de Investigação	20
Grupo de estudo	23
Instrumentos	23
Procedimento	24
Tratamento de dados	24
Parte III: Apresentação e discussão dos resultados	27
Parte IV: Conclusão	47
Referências Bibliográficas	48
Figura 1. Constituição da RSP por quadrantes	27
Figura 2. Apoio fornecido pela criança/jovem aos elementos de cada categoria	31
Tabela 1: Nível funcional da rede	29
Tabela 2: Frequência de contactos com os elementos de cada quadrante	32
Tabela 3: Perceção da criança/jovem e do técnico sobre a qualidade de vida	34
Tabela 4: Mann-Whitney – Frequência de contactos em função do participante	44
Tabela 5: Mann-Whitney – Perceção de apoio em função do participante	45
Tabela 6: Mann-Whitney – Multidimensionalidade em função do participante	45

INTRODUÇÃO

O presente estudo, de caráter exploratório, refere-se à realidade das crianças/jovens em regime de acolhimento residencial de longa duração (Lares de Infância e Juventude), focando-se nas suas percepções acerca das pessoas que consideram significativas e conseqüentemente, na relação das redes sociais pessoais com a percepção da qualidade de vida.

Segundo Alarcão (2007), as pessoas, numa visão global, tendem a procurar menos a participação em atividades sociais, tanto com a família extensa como na comunidade do que há anos atrás. Há também, e cada vez mais, uma tendência generalizada para sobrevalorizar a família nuclear em detrimento da alargada.

No caso das crianças/jovens acolhidos, e tendo em conta que existiu uma rutura estrutural nas suas vidas, as redes pessoais são fortemente constrangidas, pelo que se torna fulcral a promoção e melhoria das mesmas, até porque a literatura aponta para uma relação estreita entre a qualidade dos relacionamentos interpessoais significativos e sentimentos de bem-estar e desenvolvimento psicológico sadio. Assim surge a necessidade empírica de perceber quais são as percepções deste grupo, que, principalmente na fase da adolescência, atravessa um período de transição nas suas relações (Soares, 2007). Como tal, Martins (2005^a) afirma que as instituições devem atentar nas relações das crianças com os adultos, com os seus próprios familiares, com os pares e o meio envolvente.

Relembre-se que, segundo a lei nº 147/99, de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, o acolhimento institucional deve garantir às crianças e jovens “os cuidados adequados às suas necessidades e lhes proporcionem condições que permitam a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral” (artigo 49º).

Neste sentido, algumas instituições de acolhimento mobilizam diversos recursos, entre os quais as *famílias amigas*, que são pessoas que voluntariamente se disponibilizam a acolher crianças/jovens em suas casas durante períodos, como fins de semana e férias letivas.

Assim, este trabalho encontra-se estruturado em quatro capítulos, a saber: (I) Enquadramento teórico, acerca das Redes Sociais Pessoais e do papel das figuras significativas na percepção de qualidade de vida da criança/jovem; (II) Metodologia, onde se faz alusão aos objetivos e respetivas questões de investigação, grupo de estudo, instrumentos utilizados, procedimento adotado e descrição do tratamento dos dados; (III) Apresentação e discussão dos resultados; e (IV) Conclusão, onde se referenciam as limitações do estudo e se sugerem novas investigações acerca da temática.

CAPÍTULO 1

AS REDES SOCIAIS PESSOAIS

1.1. Contextualização da temática

A intimidade e continuidade dos laços materno-filiais são essenciais para a saúde mental das crianças e jovens, para o seu desenvolvimento global (Bowlby, 1951). Segundo Bowlby (1951), descontinuidades repetidas e/ou duradouras no relacionamento mãe-criança (mãe biológica ou substituta) podem ser causa de psicopatologia, uma vez que a relação primordial é estruturante do desenvolvimento global do indivíduo e particularmente da sua dimensão sócio-emocional. Assim, a natureza dos laços emocionais, construídos desde os primeiros tempos de vida com a(s) figura(s) de vinculação, assume especial relevância ao longo de todo o desenvolvimento psicológico da criança e jovem (Mota & Matos, 2008), sendo os comportamentos das figuras parentais decisivos para a organização saudável do desenvolvimento das relações interpessoais da criança. Segundo Bowlby (1979), a criança encontra no agregado familiar a possibilidade de conforto e proteção necessária para desenvolver padrões de segurança e confiança em si e na relação com os outros, sendo que, se afastada deste ambiente, o seu desenvolvimento tende a estar dificultado e apresentar vulnerabilidades nos padrões relacionais. De facto, segundo Martins (2004), a rutura dos vínculos familiares pode influenciar, de forma traumática, o desenvolvimento psicológico. Assim sendo, a noção de que a família é o local ótimo para o crescimento, desenvolvimento e construção de referenciais para a criança, é usual na literatura e, até, no próprio discurso do senso-comum (Sá, 1999).

Esta linha de pensamento muito reforçada pelas teorias da vinculação parece ser uma perspetiva penalizadora e patologizadora das crianças e jovens institucionalizados. Salientem-se as situações em que a privação materna acontece em contexto familiar, na medida em que figuras de referência demonstram pouca capacidade de prestação dos cuidados necessários para a criança (Del Valle, 1992). Deste modo, há referenciais desorganizadores que, por si só, podem influenciar o desenvolvimento patológico de funcionamento da criança, ainda inserida em meio familiar (Martins, 2004). Para além disso, a própria sociedade influencia a conservação de determinados valores e crenças acerca da família que pode conduzir ao sofrimento psíquico dos que não vivenciam esse determinado padrão (Siqueira, Tubino, Schwarz & Dell' Aglio, 2009). Ressalte-se ainda que as consequências negativas da privação materna nas crianças e jovens institucionalizados podem ser associadas às características do próprio contexto institucional, associado à perda

ou à rejeição (Mota & Matos, 2008), aos olhares desconhecidos e ao sentimento de não pertença (Martins, 2005^a). Assim, para além do afastamento da figura materna, a negatividade das consequências podem ser analisadas pelos diversos e diferentes contactos, descomprometidos e, muitas vezes, intrusivos de que as crianças/jovens são alvo – “olhares que não permitem conhecer porque não se reconhecem mutuamente, que não engendram cumplicidades e, por isso, em vez de revelar ou confirmar a sua identidade, contribuem para a expor e fragmentar” (Martins, 2005^a, pp. 4). Estas relações conduzem ao sentimento de não pertença, deixando de lado a socialização que permite o crescimento, o sentimento de vinculação, de identidade e de organização.

Tendo em conta os efeitos nefastos da privação materna e as oportunidades salutares de existência de uma figura de vinculação (mesmo que extra-familiar), bem como a dificuldade dos profissionais da instituição em adoptar esse papel, a literatura aponta as redes sociais como um factor protector (Bravo & Del Valle, 2003). Sroufe, Carlson, Levy e Egeland (1999) referem que todas as experiências de vinculação ao longo do desenvolvimento de um indivíduo devem ser consideradas importantes, tanto numa fase precoce com uma figura de referência, como, numa fase tardia, com figuras de substituição. Assim, um contexto de qualidade pode e deve alterar a adaptação do indivíduo ao ambiente inserido.

Esta perspetiva converge com o conceito de *intensidade de relações* proposto por Ziehe (1989) que se traduz numa rede complexa e densa de pessoas, meios e atividades, que criam uma multiplicidade de oportunidades para as crianças e jovens.

No caso das crianças e jovens institucionalizados, a promoção e criação de condições para a ampliação e desenvolvimento das relações pessoais, bem como para o seu desenvolvimento sustentado, deve ser da responsabilidade das próprias instituições como objetivo da sua intervenção (Quinton & Rutter, 1988; Ziehe, 1989): promover as relações de referência e organizadoras, oferecendo a possibilidade de que sejam estáveis, duradouras e possuidoras de significado pessoal, de forma a criar condições de proteção dos efeitos das adversidades, aumentando a probabilidade de resiliência da criança/jovem em causa (Tyler, 1984; Martín e Dávila, 2008); assumindo, assim, um papel amortecedor dos eventos de *stress* a que estas crianças e jovens são sujeitas (Bravo & Del Valle, 2003). O alargamento da rede interpessoal do menor, tanto a membros familiares, como a outros elementos de apoio, pode influenciar a adaptação a novos cuidados, desenvolvimento psicológico mais sadio e relações interpessoais de maior qualidade (Sluzki, 1996; Martins, 2004). Deste modo, a criança/jovem pode ser compreendida em contexto: o relacionamento com figuras significativas extra-familiares que respondam positivamente ao nível afectivo e social podem potenciar o desenvolvimento adequado das crianças e jovens, bem como o processo de regulação emocional e integração social (Mota & Matos, 2010).

1.2. Redes Sociais Pessoais: Concetualização

De forma a operacionalizar o conceito de rede social, são seguidamente mencionadas algumas definições. Wellman (1981) definiu rede social como sendo o conjunto de nós – pessoas, grupos, empresas ou outras instituições – e laços de ligação entre os nós. De forma menos abstrata, Speck e Attneave (1990) referem que a rede social pessoal deve ser analisada segundo o próprio ator, estendendo-se a todo o seu núcleo relacional. Sluzki (1996) definiu o conceito de rede social pessoal como sendo organizada pelos atores com quem o indivíduo interage e considera significativos, correspondendo “ao nicho interpessoal do indivíduo que contribui substancialmente para o seu próprio reconhecimento e auto-imagem” (p.42). O conceito de rede social pessoal difere do de rede social, uma vez que o último está associado à intervenção sistémica utilizada pelas teorias familiares, e cuja base se prende essencialmente com a não delimitação do indivíduo ao meio familiar nuclear, estendendo-se aos contextos culturais e subculturais em que o sujeito está inserido. Para Sluzki (1996) as redes sociais pessoais de cada um são múltiplas, complexas e sujeitas a alterações ao longo do tempo; espelham conceitos do senso-comum, culturais, jurídicos e, até, emocionais, dependendo de quem nomeia os membros significativos. As RSP são, para Alarcão (2007), uma forma dinâmica que potencializa outros recursos sociais. É, assim, um sistema aberto e recíproco em permanente transformação com vista à satisfação das “necessidades e interesses dos membros da comunidade, de forma solidária e auto-gestora” (p. 356). Genericamente, as redes podem ser distinguidas entre primárias e secundárias. Segundo Guédon (1984) a rede primária é constituída pelos membros de interacção naturais, o núcleo com o qual o indivíduo interage e que faz parte da base das suas relações interpessoais. O autor nomeia a família como sendo o exemplo vulgarmente apontado. No entanto, relações de amizade e vizinhança também devem ser tidas em conta. Por outro lado, as redes secundárias são constituídas por membros institucionais, podendo ser formais ou informais. São designadas de redes formais aquelas cujo objectivo é prestar um serviço, oficial e estruturado. Por redes informais entendem-se as que sem um carácter rígido de funções, prestam auxílio a um nível funcional (Guédon, 1984). Mais especificamente, a intervenção é orientada pelos membros que passam a fazer parte das redes secundárias, geralmente por motivos relacionados com as redes primárias, sendo estas últimas o cerne do trabalho realizado, isto é, pelas e com as quais se intervém.

Também o modelo ecológico do desenvolvimento humano de Bronfenbrenner (1994) contextualiza o desenvolvimento do indivíduo considerando diferentes sistemas relacionais cujas influências interagem. Sendo o sujeito influenciado directa e indirectamente pelos diferentes níveis do ambiente que o circundam, o seu comportamento só tem sentido quando analisado de forma congregada nesses contextos. Ser activo e em desenvolvimento integrado em contextos cujas propriedades são mutáveis. Esta teoria enfatiza as

possibilidades do contexto, ao invés dos deficits que diferenciam uns contextos de outros (Siqueira & Dell’Aglio, 2006). O contexto de desenvolvimento é concebido pelo autor como uma hierarquia de cinco sistemas, independentes, dinâmicos e progressivamente mais abrangentes, nomeadamente o *Microssistema*, que corresponde ao conjunto de experiências que a criança vivencia com os que a rodeiam em relações face-a-face (relações familiares; membros escolares; instituição de acolhimento); *Mesossistema*, que representa as interações entre dois ou mais sistemas, ou seja a relação entre os diversos microssistemas (instituição-família; escola-instituição); *Exossistema*, que se refere aos contextos em que a criança não está diretamente envolvida, mas que exercem influência sobre ela ou esta vai exercer influência sobre eles (direção da instituição; Comissão de Proteção de Crianças e Jovens); *Macrossistema*, que se refere aos sistemas de valores e crenças culturais da sociedade envolvente da criança, que diverge na maneira de encarar e valorizar a sua atuação em função das crianças e família – inclui aspetos legislativos, políticos, representações sobre a criança e processo educativo, por exemplo, o estigma social da institucionalização; *Cronossistema*, que considera as mudanças no sujeito e no ambiente ao longo do tempo.

1.3. Representação e análise das Redes Sociais Pessoais

Sluzki (1996), e mais tarde, Alarcão (2007) representam a rede social pessoal num mapa dividido em quatro quadrantes – família, amigos, relações de trabalho/escolares, relações comunitárias. E em três graus de intimidade – relações íntimas, com menor grau de compromisso e relações ocasionais.

De forma a avaliar a rede social pessoal de um determinado indivíduo, os autores sugerem que se analisem as (a) características estruturais, (b) funcionais e (c) atributos de cada vínculo, que serão seguidamente explanadas segundo a perspetiva de Alarcão (2007).

a) As características estruturais implicam uma visão de toda a rede no seu conjunto, de forma a avaliar o *tamanho* – número de elementos pertencentes à rede; *densidade* – conexão entre os vários indivíduos; *composição* – proporção de membros nos vários quadrantes e graus de intimidade; *dispersão* – distância geográfica entre os sujeitos. A análise destas características parece não ser linear nem parcimoniosa, uma vez que há indicadores de que assumem vantagens e desvantagens nos vários pontos extremos de cada fator. Sluzki (1996) e Alarcão (2007) referem que não é desejável que a rede seja de tamanho reduzido, pois pode existir uma sobrecarga dos membros pertencentes, traduzida num esgotamento dos recursos, como também as redes numerosas podem conduzir a um maior descomprometimento. O que ainda não é consistente na literatura é o tamanho médio efetivo e vantajoso. No entanto, Sluzki (1997) aponta um tamanho médio entre oito e dez

peças para a fase da infância e adolescência, ressaltando que este é um percurso evolutivo que implica períodos de expansão, estabilidade e retração. Num estudo de Bravo e Del Valle (2003), em que se compararam as redes sociais entre adolescentes acolhidos em contexto residencial e jovens integrados na sua família, o tamanho da rede dos acolhidos estava limitado a oito pessoas face a dez da amostra normativa. Relativamente à densidade, uma coesão extrema pode implicar elevado controlo e pressão; uma rede fragmentada é simbólica das sociedades individualistas e uma rede dispersa é típica de indivíduos isolados, sendo pouco eficaz e duradoura no apoio prestado. Quanto à composição das redes, aquelas que apresentam membros pouco distribuídos pelos quadrantes são, evidentemente, menos flexíveis do que as que estão mais dispersas. No que concerne à distância geográfica, esta deve ser analisada quanto ao acesso aos recursos de comunicação existentes na actualidade, e que podem encurtar a separação física. Contudo, uma distância maior pode, ainda assim, afetar o apoio fornecido pela rede.

b) Ainda numa perspectiva de análise de uma rede, Sluzki (1996) e Alarcão (2007) ressaltam a importância de avaliar as características funcionais, sendo que enumeram diversificadas funções que os relacionamentos podem assumir, como sendo: (i) *companhia social*, que se traduz na realização conjunta de actividades; (ii) *apoio emocional*, relacionado com a partilha de informação, sentimentos e dificuldades; (iii) *apoio cognitivo e aconselhamento*, para partilha de informação com vista a proporcionar novos pensamentos e comportamentos ajustados; (iv) *regulação social*, de forma a neutralizar os desvios e normalizar, segundo normas sociais, os comportamentos; (v) *ajuda material* nas necessidades específicas das tarefas do dia-a-dia; (vi) *serviços técnicos* para apoio especializado; (vii) *acesso a novos contactos*, função relacionada com a abertura deste sistema. Note-se que de uma forma geral, as crianças e jovens institucionalizados referem sentir menos apoio social por parte da sua rede do que amostras normativas (Bravo & Del Valle, 2003).

c) No que diz respeito aos atributos do vínculo, estes podem ser analisados segundo a *multidimensionalidade* – prevalência de funções; *reciprocidade* – apoio fornecido pelo sujeito aos elementos da rede, e *frequência de contactos*. Assim, segundo Alarcão (2007) cada vínculo pode assumir diversas funções em simultâneo, o que até é frequente que aconteça, dando a possibilidade ao técnico de concluir se os vínculos são unidimensionais ou versáteis. De forma a perceber se o sujeito é capaz de aceitar e retribuir o apoio que a rede fornece, analisa-se o apoio dado pelo mesmo aos elementos da rede. A investigadora refere, ainda, que a avaliação da frequência de contactos conduz a uma análise do grau de intimidade do vínculo.

1.4 Redes Sociais Pessoais, avaliação e intervenção

Sendo o conceito de rede social pessoal útil para a concetualização do indivíduo na sua complexidade, também é essencial para a intervenção a nível psicológico tanto quanto a um auto-conhecimento do mundo relacional para o cliente, como para uma avaliação diagnóstica para o profissional (Sluzki, 2000). Concomitantemente a análise da Rede Social Pessoal de um indivíduo transmite informações para a construção de um mapa relacional, que auxilia na delimitação de linhas hipotéticas de uma possível intervenção terapêutica: na ativação e/ou criação de redes primárias naturais ou artificiais; ou com o objetivo de aceder aos relacionamentos significativos passados e/ou para a criação de uma rede desejável num futuro (Alarcão, 2007). Efetivamente, desta forma, as vantagens são sentidas nos dois sentidos – por um lado para o sujeito que tem a oportunidade de perceber o seu papel na sociedade com clareza, inclusive o apoio social efetivo de que pode usufruir, e para o técnico que consegue possuir uma grelha de análise estruturada da rede do indivíduo.

Efectivamente, o (re)conhecimento da rede social pessoal tem como objetivo fundamental o trabalho com pessoas isoladas, ou em estados de crise de forma a que se apercebam do apoio social que poderiam usufruir – muitas vezes em situações de crise não há consciência dos recursos – ou, sendo uma rede empobrecida, poder-se-á seguir uma linha de intervenção que accione ou crie mais apoio (Alarcão, 2007). Após a análise da rede, desenham-se as estratégias de intervenção ajustadas a cada caso, para que o cliente usufrua do suporte social de que necessita para lidar com as situações do quotidiano com competências, autonomia e adequação. A intervenção psicológica com base na construção da rede pessoal significativa leva para o local de atendimento a possibilidade de o próprio cliente ser co-construtor da sua mudança, fazendo parte integrante de todo o processo terapêutico, que se estende à comunidade, devendo o terapeuta procurar aliados fora do contexto psicológico (More, 2005).

No que diz respeito às crianças e jovens institucionalizados, e tendo em conta as vivências traumáticas da infância, há autores que referem que o contacto com outros elementos da sociedade é, por si só, estabilizador e organizador. É consensual que a institucionalização não é, por vezes, vivenciada de forma positiva, sendo considerada uma transição difícil, até porque reúne vulnerabilidades advindas de experiências familiares anteriores e fatores de risco. Destaca-se a importância da intervenção precoce, mas também as diferentes naturezas de intervenção exigidas mais tarde, na infância e adolescência (Jackson, Frederico, Tanti & Black, 2009). Para Mota e Matos (2010) uma adaptação positiva está claramente associada com a qualidade relacional, uma vez que é assumido que a carência de suporte afectivo é um dos factores de risco para a fragilidade inter e intrapessoal. Assim sendo, segundo esta linha de pensamento, é preciso atentar na (re)construção de laços emocionais, num contexto de acolhimento onde existam figuras

afectivamente disponíveis, com competências para suportar as reacções das crianças/jovens bem como para devolver um ambiente securizante.

Capítulo 2

O papel das figuras significativas na percepção de qualidade de vida da criança/jovem

Bravo e Del Valle (2009) associam a percepção de apoio ao aumento da auto-estima, estabilidade e sensação de controlo e explicam-na com base na interacção que regula os papéis sociais e posturas/conduitas adequadas. Na mesma linha de pensamento, Sluzki (1996) afirma que as relações sociais estão na base da construção da identidade de cada um, da sua história pessoal, bem como são fonte de suporte emocional, feedback social e promovem os cuidados de saúde e a capacidade de adaptação em situações de crise. Para o autor, cada indivíduo sente, pensa e age de acordo com os modelos com que interage e observa, sendo que os outros ordenam e organizam o significado das experiências, o que é fundamental no ajustamento psicossocial das crianças e jovens (Bravo & Del Valle, 2009). Parece ser consensual na literatura a relação positiva entre a rede social pessoal e a saúde dos indivíduos. Legault, Anawati, e Flynn, (2006) referem que relações de qualidade estão associadas a níveis mais baixos de ansiedade e menos comportamentos agressivos. Sujeitos que percecionam a sua rede social de forma positiva apresentam melhor saúde física e mental, bem como quanto mais satisfeito está o sujeito com a sua rede social pessoal, mais sente satisfação com a sua vida (Orford, 1992). De facto, a qualidade de vida das crianças e jovens é um conceito que tem vindo a ser amplamente estudado nos últimos anos. Contudo parece ainda não existir uma definição consensual, não sendo uma tarefa fácil (Leal, 2008). Wallander e Schmitt (2001) numa tentativa de compilar os aspetos mais referenciados na literatura, afirmam que a qualidade de vida deve ser analisada com base na relação entre a percepção objetiva e subjetiva do bem-estar, tendo em conta a cultura, tempo e direitos humanos universais. Assim, a qualidade de vida das crianças não se deve resumir à ausência de maus-tratos ou deficits, mas também a uma promoção de relações positivas no contexto e família, segundo o discurso/percepção da própria criança (Ribeiro, 2003). Este conceito depende da percepção do próprio indivíduo, diferindo de uns para outros: em cultura, em épocas, em contextos e mesmo em pessoas pois estas diferem mediante as circunstâncias temporais (Leal, 2008). Segundo Leal (2008), a qualidade de vida está “diretamente relacionada com a percepção que cada um tem de si e dos outros, do mundo que o rodeia e pode ser avaliada mediante critérios apropriados, tais como: a educação, a formação de base, a atividade profissional, as competências adquiridas, a resiliência pessoal, o otimismo, as necessidades pessoais e a saúde” (p.2).

Numa perspetiva psicológica, o conceito relaciona-se com a interação do sujeito com os outros, com a sociedade. Assim sendo, Leal (2008) propõe a seguinte descrição: “qualidade de vida é o resultado da soma do meio ambiente físico; social; cultural; espiritual e económico onde o indivíduo está inserido; dos estilos de vida que adota; das suas ações e da sua reflexão sobre si, sobre os outros e sobre o meio ambiente que o rodeia. É, também, a soma das expectativas positivas em relação ao futuro” (18,19).

A referida influência da rede social na saúde dos indivíduos pode estar associada à interferência das figuras familiares no que diz respeito à adoção de determinados comportamentos, ao contributo das relações sociais na construção de sentido da vida, ao carácter mediador da prática social em relação ao estado de saúde, e à promoção social de atividades positivas e hábitos saudáveis (Sluzki, 1996). Por outro lado, Sluzki (1996) pondera as circunstâncias em que a doença pode afectar a rede social pessoal. Isto pode dever-se ao comportamento de evitamento, à restrição da mobilidade do sujeito, à redução da sua iniciativa de ativação da rede, à impossibilidade de reciprocidade e à não gratificação dos cuidados a prestar ao doente.

Em analogia, as crianças e jovens institucionalizados, não padecendo de uma doença, são, muitas vezes, sujeitos à distância e a quebras relacionais com os elementos da rede anteriores ao acolhimento. No entanto, tal como a doença, esse facto pode gerar novos relacionamentos. A institucionalização também pode e deve proporcioná-los às crianças e jovens, uma vez que os outros influenciam a construção do *self*, posicionando cada indivíduo no mundo social (Sluzki, 1996). Nas situações de doença, são potenciadas as relações sociais e de saúde, que se assumem como apoios fulcrais, no que diz respeito ao auxílio instrumental e emocional, pelo que Guadalupe (2001) afirma que “naquilo que há de risco numa situação problemática, também há potencial de mudança” (p. 9). O que é idêntico ao que é valorizado por Martins (2005^a), quando afirma que a institucionalização pode e deve ser uma resposta positiva e não uma recurso de fim de linha, que necessita de dinamização e promoção das suas potencialidades.

Assim, a adaptação à instituição e a percepção de satisfação com a vida depende de muitos fatores, nomeadamente individuais, do próprio acolhimento, relação com os pares, práticas educativas, relação com os monitores, sentimento de proteção, reinserção escolar e disponibilidade emocional dos adultos (Siqueira *et al*, 2009). Tendo em conta a influência das variáveis sociais no desenvolvimento das crianças e jovens, a intervenção deve ter como base uma perspetiva sistémica e inscrita na comunidade, trabalhando e aliando-se com as famílias, amigos, vizinhos, escola e com todos os sistemas em que o indivíduo esteja inserido (Martins, 2005^b; Radmilovic, 2005). Nos pontos seguintes, serão ressaltados o papel dos vários sistemas.

2.1. A família

Segundo Mota e Matos (2010), as figuras parentais são, não raramente, idealizadas quanto ao real suporte emocional que prestam. A literatura destaca a percepção idealizada, otimista e positiva da família, e a minimização dos pontos negativos e fatores que conduziram à institucionalização (Siqueira *et al*, 2009), podendo isto estar relacionado com as diferenças entre o realmente vivenciado e o desejo de realidade. Esta visão familiar refere-se maioritariamente à figura materna (Bravo & Del Valle, 2003). Esta perspetiva pode explicar a descrição e caracterização que as crianças e jovens realizam acerca da sua família como um campo relacional de grande proximidade e qualidade (Siqueira & Dell'Aglio, 2010), mesmo tendo vivenciadas experiências de relações abusivas e inconstantes (Jackson, Frederico, Tanti & Black, 2009). Note-se ainda que para Siqueira e Dell'Aglio (2010), os adolescentes apresentam maior capacidade de avaliar a realidade do que as crianças.

Assim, a integração de crianças e jovens em regime institucional acontece quando a família não tem condições de os proteger, cessando a situação de risco que atravessavam, mas pode afigurar-se como uma situação de abandono (Siqueira *et al*, 2009). Para além disso, os menores vêm-se obrigados a deslocar os seus contextos afetivos, que podem conduzir a sentimentos de revolta devido ao confronto entre a idealização da família e a realidade da institucionalização e suporte oferecido (Mota & Matos, 2010). No entanto, o papel da família no ajustamento psicológico e adaptação à instituição das crianças e jovens não é consensual na literatura.

Por um lado, há estudos que sugerem que o apoio fornecido pelos membros do contexto familiar não está positivamente associado à adaptação das crianças e jovens (Martin & Dávila, 2008), outros referem que problemas nas relações parentais podem conduzir a dificuldades de adaptação e aproveitamento (Ferreira & Marturano, 2002). Por outro lado, Manso, Baamonde, Afonso e Barona (2011) referem que uma cooperação adequada entre a família e os profissionais da instituição de acolhimento está positivamente relacionada com a autonomia da criança ou jovem e a sua adaptação à instituição. Os autores referem ainda que o relacionamento adequado com os pais auxilia a compreensão e gestão das emoções, bem como desenvolve uma percepção positiva de si. Manso *et al* (2011) salientam também que as crenças, normas e valores que são transmitidos pela família serão visíveis no comportamento da criança/jovem na instituição e na escola. A qualidade de relações na família, bem como as suas próprias características (educação, funcionamento, investimento e competência parental) mantêm um papel crucial na percepção de bem-estar (Earls & Carlson, 2001; Bourke & Geldens, 2007; Goswami, 2011), pelo que famílias com um ajustamento desadequado podem conduzir a um ambiente de tal forma instável que influencia e provoca alterações comportamentais, principalmente nos adolescentes (Manso *et al*, 2011). Pertencer a um nível socioeconómico baixo, a grupos

minoritários e/ou vivenciar conflitos familiares e parentais são factores que parecem influenciar a saúde, bem-estar físico, mental e social e estabelecimento de relações interpessoais (Gaspar, Matos, Ribeiro & Leal, 2006).

Claramente se percebem vantagens e desvantagens no envolvimento da família em relação às instituições de acolhimento. Se por um lado, pode beneficiar o sentimento de pertença e o impacto positivo da institucionalização, por outro, pode envolver muitos riscos: o comportamento imprevisível dos membros familiares que podem decepcionar a criança/jovem; confrontos entre a família e os funcionários da instituição; efeito de modelagem em relação aos comportamentos desviantes das famílias (Nickerson, Brooks, Colby, Rickert & Salamone, 2006). No entanto, Nickerson *et al* (2006) referem que o encorajamento de envolvimento foca-se principalmente nos pais, em detrimento de elementos da família alargada (as crianças e jovens referem principalmente avós e tios) e restante rede social (namorados, vizinhos), que deveria assumir relevo sempre que possível, principalmente nos casos em que a família nuclear é disfuncional ou problemática, tentando, assim, alcançar um pilar de apoio que suporte as necessidades dos menores.

2.2. Os amigos

Para Goswani (2011), as relações de amizade são o segundo patamar (a seguir às relações familiares) que mais influencia os níveis de percepção de bem-estar, principalmente na adolescência. A relação com os pares e a sua influência no comportamento assume o seu pico na fase da adolescência, tendo-se iniciado na infância e progressivamente aumentado (Dishion & Tipsord, 2011). Na idade adulta, a influência social dos pares perde alguma importância.

Os adolescentes conferem aos pares um papel avaliativo de tal forma importante que o isolamento social e a rejeição dos pares podem ser considerados factores de risco. Assim, sendo uma relação horizontal, está relacionado com o desenvolvimento de competências sociais (Gaspar, Matos, Ribeiro & Leal, 2006). No caso de crianças e jovens institucionalizados, os pares em igual situação de vida podem ser um factor protetor importante ao nível social e afetivo (Siqueira & Dell'Aglio, 2006) e na adesão às rotinas e regras propostas pela própria instituição (Martins, 2005^a). Note-se que adolescentes em contexto residencial incluem uma média de quatro amigos na sua rede social, sendo que um deles faz parte da própria instituição (Bravo & Del Valle, 2003).

No entanto, a maior parte das investigações relacionam-se com o papel das amizades no aumento dos problemas de comportamento, sendo que os jovens com problemas de delinquência tendem a associar-se e a influenciar-se entre si. De facto, os pares têm um papel crucial no contágio de crianças e jovens, pelo que é preciso atentar na monitorização realizada por adultos, sendo a falta de supervisão um factor de risco

associado aos efeitos negativos da influência (Huefner, Handwerk, Ringle & Field, 2009). Claro está que características pessoais como a capacidade de auto-regulação e menor vulnerabilidade conduzem a um contágio menos proeminente. Segundo Dishion e Tipsord (2011), é possível amenizar as consequências negativas da influência dos pares e multiplicar os benefícios, aproveitando a sua elevada influência, com auxílio da comunidade, nomeadamente, vizinhos e membros significativos da instituição e fora dela, que promovam comportamentos pró-sociais, auto-regulação e hábitos de cooperação que conduzem ao contágio de emoções e comportamentos positivos. Note-se que segundo Alves (2002), as crianças e jovens institucionalizados mantêm relações de afecto e reciprocidade na maioria das vezes, circunscritas aos pares, o que conduz ao aumento da dificuldade da criança em criar modelos de socialização adequados.

2.3. A instituição

O desenvolvimento dos jovens está dependente das experiências positivas com figuras significativas que respondem às suas necessidades pessoais, afetivas e sociais (Mota & Matos, 2010). Estas relações de referência assentam no desenvolvimento de confiança na interação com o outro, preferencialmente adulto (Freitas & Pocinho, 2009). Desta forma, é obrigação da instituição fazer parte da rede de apoio social e afetivo de modo a promover o estabelecimento de relações significativas que conduzam ao pleno desenvolvimento das crianças e jovens (Siqueira & Dell'Aglio, 2010). Martins e Szymanski (2004) afirmam que seria de extrema importância e que faria a diferença se estas crianças e jovens institucionalizados usufríssem de um adulto que as olhasse de forma individual e vinculativa. Para Siqueira e Dell'Aglio (2006) os monitores da instituição assumem um papel central, sendo considerados os modelos de identificação que assumem um papel protetor do desenvolvimento, saúde e bem-estar (Siqueira *et al*, 2009).

A literatura aponta para a importância das figuras da instituição, entre técnicos, educadores e pares, como sendo o contexto que dá maior apoio às crianças e jovens (Siqueira *et al*, 2009). Num estudo realizado por Siqueira e Dell'Aglio (2010), as crianças e jovens participantes referiram os membros da instituição como os mais presentes e com contatos de maior proximidade. De facto, após o estabelecimento de relações com os colaboradores institucionais, em que haja uma vivência emocional real, pode ser um primeiro passo para (re)construir uma conduta futura adaptativa. Bravo e Del Valle (2003) salientam que os adolescentes apontam os amigos e adultos do contexto institucional como os membros que mais apoio emocional oferecem e em quem procuram mais apoio (seguidos da figura materna idealizada). Isto enfatiza o importante papel dos membros da instituição. No que diz respeito ao apoio instrumental, os monitores/educadores, na perspetiva dos jovens, estão equiparados ao papel da mãe (Bravo & Del Valle, 2003).

Mota e Matos (2010) acrescentam, ainda, a importância dos funcionários da instituição no desenvolvimento das competências sociais, principalmente na capacidade de auto-controlo, isto é, no desenvolvimento dos limites externos e internos. Este papel pode ser associado ao papel parental e, para as autoras, é consequência da disponibilidade de contenção dos sentimentos das crianças/jovens e do ambiente securizante que vivenciam. Salientam, ainda, a compensação que esta base segura pode assumir em adolescentes com condutas desadequadas. No entanto, é de referir que a relação com os adultos da instituição não acontece, na maioria das vezes, nos moldes ideais, uma vez que é contratualizada, não profunda nem duradoura (Martins, 2005^a). O envolvimento não é emocional, não é pessoal. A relação dos funcionários com as crianças e jovens é, e deve ser, profissional, o que pode implicar pouco envolvimento pessoal espontâneo. Há uma obrigatoriedade, uma expectável disponibilidade afetiva associada ao seu carácter temporal (Bravo & Del Valle, 2003).

2.4. A comunidade

As vivências das crianças e jovens institucionalizados na comunidade tendem a ser pobres e limitam o leque relacional e a possibilidade de suporte no meio envolvente de cada menor. No entanto, a literatura aponta o comprometimento com adultos da vizinhança e sentimento de pertença à comunidade como relações que levam as crianças/jovens a adotar um papel social que confere valores, objetivos, identidade e sentimentos de vinculação para com a mesma (Goswami, 2011). Acresce ainda que relações verticais com pessoas mais velhas e com mais poder social auxiliam o desenvolvimento sócio-emocional das crianças e jovens (Gaspar *et al*, 2006). Os adolescentes referem-se aos adultos como as figuras mais valorizadas no que toca ao apoio fornecido e eficaz (Bravo & Del Valle, 2003). Mota e Matos (2010) associam a qualidade de relação das crianças/jovens aos funcionários da escola, professores e à relação com os pares ao desenvolvimento de competências sociais, de empatia e assertividade. Esta associação é explicada pelo sentimento de pertença e realização que potencia o desenvolvimento destas crianças/jovens. No entanto, a escola tende a ser descrita pelas crianças e jovens institucionalizados como menos próxima do seu núcleo relacional (Siqueira *et al*, 2009). De facto, as experiências comunitárias das crianças e jovens em regime de acolhimento institucional são limitadas e diminuem as possibilidades de relacionamentos interpessoais para além dos da instituição (Martins, 2005^a), como também não promovem um processo de desenvolvimento “normalizado” (Bravo & del Valle, 2001). De modo a configurar a institucionalização como um espaço da comunidade, em Portugal têm surgido alguns projetos, como por exemplo as *famílias amigas*. Ainda numa fase incipiente, este é um recurso social promovido pelas instituições que assenta no ato

voluntário de famílias que querem acolher de forma informal crianças e jovens institucionalizados aos fins de semana e férias letivas.

É possível concluir que a literatura tem revelado que as redes sociais dos indivíduos podem influenciar a percepção de qualidade de vida, como também contribuem para a construção do desenvolvimento das crianças e jovens. No caso das crianças/jovens institucionalizados, em que o espaço de estabelecimento de vínculos privilegiados é limitado, impõe-se a reflexão e o estudo sobre as suas percepções de relacionamentos estáveis e organizadores.

PARTE II: METODOLOGIA

O presente estudo pretendeu analisar a rede social pessoal de crianças e jovens em regime institucional e a sua eventual relação com a percepção da qualidade de vida, focando também o papel do recurso social *famílias amigas*. Assim sendo, segue-se a enumeração detalhada dos objetivos.

1. Caracterizar as redes sociais pessoais de crianças e jovens em regime de acolhimento residencial;
2. Avaliar a eventual relação de dados sociodemográficos das crianças/jovens com a sua rede social pessoal;
3. Analisar a percepção da qualidade de vida de crianças e jovens em acolhimento residencial;
4. Comparar as percepções que as crianças/jovens têm da sua qualidade de vida com as dos técnicos das instituições de acolhimento;
5. Avaliar a eventual relação de dados sociodemográficos das crianças/jovens com a sua percepção de qualidade de vida própria;
6. Avaliar a eventual relação das redes sociais pessoais das crianças/jovens em regime de acolhimento com a sua percepção de qualidade de vida própria;
7. Caracterizar o recurso social *famílias amigas* na perspetiva das crianças/jovens e dos técnicos;
8. Comparar as redes sociais pessoais de crianças/jovens inseridas em família amiga e não inseridas;
9. Avaliar a eventual relação entre crianças/jovens em acolhimento institucional que usufruem de família amiga e as que não usufruem com a sua percepção da qualidade de vida;

Questões de investigação

Para cada um dos objetivos acima expostos, serão seguidamente enumeradas as respetivas questões de investigação.

1º Objetivo.

- Qual é o *tamanho médio* das redes sociais pessoais das crianças/jovens institucionalizados numa visão global (da rede) e por categoria (família, amigos, colegas de estudo, vizinhos e profissionais da instituição)?
- Como se caracterizam as redes sociais pessoais das crianças/jovens em regime institucional ao nível da *composição* – número de quadrantes (família, amigos, colegas de estudo, vizinhos e profissionais da instituição) com elementos.
- Como se caracterizam maioritariamente as redes sociais pessoais ao nível da *densidade* (coesa, fragmentada ou dispersa)?
- Qual é a *dispersão* (distância geográfica) dos elementos das redes sociais pessoais das crianças/jovens institucionalizados numa visão global (da rede) e por categoria (família, amigos, colegas de estudo, vizinhos e profissionais da instituição)?
- Qual é a perceção das crianças/jovens relativamente aos diversos tipos de apoio (*emocional, financeiro, instrumental, técnico, aconselhamento, acesso a novos contactos, companhia social e regulação social*) fornecidos pela rede e por quadrante (família, amigos, colegas de estudo, vizinhos e profissionais da instituição)?
- Qual é a média de apoios assegurados (*multidimensionalidade*) pelas redes sociais pessoais das crianças/jovens em acolhimento residencial numa perspetiva geral da rede e por quadrante (família, amigos, colegas de estudo, vizinhos e profissionais da instituição)?
- Como se caracterizam as redes sociais pessoais das crianças/jovens institucionalizados ao nível da *reciprocidade* (apoio dado pelas crianças/jovens aos elementos significativos) numa perspetiva global da rede e por quadrante (família, amigos, colegas de estudo, vizinhos e profissionais da instituição)?
- Qual é a *frequência de contactos* que as crianças/jovens institucionalizados mantêm com os elementos da rede e por quadrante (família, amigos, colegas de estudo, vizinhos e profissionais da instituição)?

2º Objetivo.

- O *tamanho* da rede das crianças/jovens está significativamente associado (i) à sua *idade*?; (ii) à *duração do acolhimento residencial*?
- A *idade média das pessoas* significativas está significativamente relacionada com a *idade das crianças/jovens*?

3º Objetivo.

- Qual é a percepção das crianças/jovens em acolhimento residencial da sua qualidade de vida nos seguintes domínios: *Saúde e atividade física; Sentimentos; Estado de humor; Sobre si próprio; Tempo livre; Família, ambiente familiar e vizinhança; Questões económicas; Amigos; Ambiente escolar e aprendizagem; Provocação?*

4º Objetivo.

- Existem diferenças estatisticamente significativas entre a percepção que os técnicos e as crianças/jovens têm acerca da qualidade de vida destes, nas suas diferentes dimensões?

5º Objetivo.

- A percepção das crianças e jovens relativamente às diferentes dimensões de qualidade de vida está associada (i) à sua *idade?*; (ii) à *duração do acolhimento residencial?*; (iii) ao seu *nível de escolaridade?*

6º Objetivo.

- A percepção das crianças/jovens sobre a sua qualidade de vida, nas diferentes dimensões está associada às características das suas redes sociais, nomeadamente (i) o *tamanho?*; (ii) a *composição* (número de quadrantes com elementos)?; (iii) a *dispersão* (distância geográfica entre os membros significativos)?; (iv) tipos de apoio (*emocional, financeiro, instrumental, técnico, aconselhamento, acesso a novos contactos, companhia social e regulação social?*); (v) a *frequência de contactos?*; (vi) a *multidimensionalidade* (número de apoios fornecidos em simultâneo)?

7º Objetivo.

- Qual é a percepção dos técnicos acerca do recurso *famílias amigas?*
- Qual é o número médio de elementos das *famílias amigas* que as crianças/jovens apontaram como significativos?
 - Qual é a média de idades dos elementos das *famílias amigas?*
 - Qual o posicionamento das *famílias amigas* no mapa de rede social ao nível do quadrante (família, amigos, colegas de estudo, vizinhos e profissionais da instituição) na perspetiva das crianças/jovens e dos técnicos?
 - Qual é a distância geográfica dos membros das *famílias amigas?*
 - Qual é a frequência de contactos das *famílias amigas* com as crianças/jovens na perspetiva destes e dos técnicos?

- Existem diferenças estatisticamente significativas entre a percepção que os técnicos e as crianças/jovens têm acerca da *frequência de contactos das famílias amigas*?
- Qual a percepção das crianças/jovens e dos técnicos sobre o apoio (*emocional, financeiro, instrumental, técnico, aconselhamento, acesso a novos contactos, companhia social e regulação social*) prestado pelas *famílias amigas*?
- Há diferenças estatisticamente significativas ao nível da percepção dos apoios que as *famílias amigas* desempenham em função da visão da criança/jovem e dos técnicos?
- Como se caracterizam as relações entre as *famílias amigas* e crianças/jovens ao nível da *reciprocidade* (apoio dado pelo sujeito aos elementos significativos)?
- Qual é o número médio de apoios (*multidimensionalidade*) assegurados pelas *famílias amigas* às crianças/jovens?
- A perspetiva das crianças/jovens é estatisticamente diferente da perspetiva dos técnicos em relação ao número médio de apoios (*multidimensionalidade*) que as *famílias amigas* asseguram?

8º Objetivo.

- O *tamanho* da rede social pessoal das crianças/jovens inseridas em família amiga é estatisticamente diferente do das que não estão inseridas?
- Há diferenças estatisticamente significativas entre as crianças/jovens com e sem *família amiga* ao nível da *composição* (número de quadrantes com elementos) das suas redes sociais pessoais?
- A percepção de apoio prestado pela rede social pessoal é significativamente diferente em função da inserção ou não em *família amiga*?
- Existem diferenças estatisticamente significativas entre as crianças/jovens com e sem *família amiga* ao nível da *frequência de contactos* com os elementos das suas redes sociais pessoais?
- A *multidimensionalidade* (número de apoios assegurados pela rede) difere significativamente em função da inserção ou não das crianças/jovens em *família amiga*?

9º Objetivo.

- Existem diferenças estatisticamente significativas ao nível da percepção das crianças/jovens da sua qualidade de vida própria, nas diversas dimensões (*Saúde e atividade física; Sentimentos; Estado de humor; Sobre si próprio; Tempo livre; Família, ambiente familiar e vizinhança; Questões económicas; Amigos; Ambiente escolar e aprendizagem; Provocação*) em função da inserção ou não em *família amiga*?

Grupo de estudo

Os participantes neste estudo foram selecionados após cumpridos os seguintes critérios: todos os indivíduos deviam estar sujeitos a uma medida de acolhimento residencial de longa duração; pertencer à faixa etária dos 8-18 anos; metade da amostra estar inserida em família amiga; nenhum dos elementos podia ter limitações cognitivas que impedissem a resposta de questionários (avaliação realizada pelo técnico de psicologia de cada instituição). A amostra é constituída por vinte e seis crianças e jovens, todos do sexo masculino, recrutadas em dois Lares de Infância e Juventude (LIJ) da zona norte do país, que adotaram o recurso das *famílias amigas*. A idade média dos participantes é de 12,92 ($\sigma=2,54$) anos, variando entre os 8 e os 17 anos. Todos os participantes são estudantes, sendo que metade da amostra se encontra a frequentar o 3º ciclo do ensino básico, seguido de 30,8% no 2º ciclo e 19,2% no ensino primário. O tempo de institucionalização varia entre 6 e 84 meses, sendo a média de 34,04 ($\sigma =24,11$). Num período anterior à institucionalização, metade dos participantes residia na mesma cidade do LIJ; 26,9% numa zona até 50 km de distância e os restantes 23,1% deslocaram-se mais de 50 km.

Instrumentos

Neste estudo foram utilizados dois instrumentos: o Inventário de Avaliação de Redes Sociais Pessoais (IARSP-R, adaptado por Alarcão, Abreu & Sousa, 2003) e o questionário Kidscreen-52, sobre a Qualidade de vida em Crianças e Adolescentes, de Gaspar e Matos, (2008).

O IARSP-R (Cf. Anexo 1) é um questionário de auto-resposta cujo objetivo é a identificação de uma rede social e a sua caracterização quanto às suas propriedades globais, funcionais e específicas dos vínculos. O IARSP-R está dividido em três partes, com um total de oito questões. Na primeira parte, são explicados os procedimentos e são pedidos alguns dados sociodemográficos. De seguida, o pretendido é a identificação das pessoas significativas com quem o sujeito tenha tido contacto nos últimos seis meses, que deverá caracterizar do ponto de vista da idade, profissão, frequência de contactos, distância geográfica, apoios recebidos e oferecidos. Numa última parte, a criança/jovem desenha o mapa de rede social pessoal, de forma a colocar os elementos significativos em círculos concêntricos (proximidade), indicando os elementos da sua rede que se conhecem entre si. Com este instrumento preenchido é possível analisar as características estruturais da rede (*tamanho, composição/distribuição, densidade, distância geográfica*), características funcionais da rede (*apoio emocional, instrumental, financeiro, técnico, aconselhamento, acesso a novos contactos, companhia social e regulação social*) e atributos do vínculo (*multidimensionalidade, reciprocidade e frequência de contactos*).

O Kidscreen 52 (Cf. Anexo 1) é um questionário de auto-preenchimento para crianças e jovens entre os 8 e os 18 anos de idade, havendo uma versão para preenchimento pelos pais, que no caso, foi respondido pelos técnicos de psicologia do LIJ. O tempo de aplicação é de 10 a 15 minutos. Este questionário contempla dez dimensões: *Saúde e atividade física; Sentimentos; Estado de humor geral; Sobre si próprio; Tempo livre; Família, ambiente familiar e vizinhança; Questões económicas; Amigos; Ambiente escolar e aprendizagem; Provocação.*

Realizou-se ainda uma entrevista semi-estruturada aos psicólogos dos LIJ (cf. Anexo 2) com o objetivo de recolher dados acerca do recurso social *famílias amigas*, em que foram questionados acerca da importância, procedimentos adotados, possibilidades, limitações e papel desempenhado por este recurso para cada criança/jovem.

Procedimento

Todos os sujeitos responderam aos questionários IARSP-R e Kidscreen, individualmente numa sala sossegada de cada um dos LIJ, onde apenas se encontrava a criança/jovem e a investigadora, a fim de esclarecer alguma questão ou dúvida. Entregou-se aos psicólogos o questionário Kidscreen – versão pais, que responderam acerca de cada uma das crianças/jovens. O emparelhamento foi realizado através de um código de forma a manter a confidencialidade e o anonimato dos dados. A entrevista foi gravada em áudio.

Tratamento de dados

O tratamento estatístico dos dados recolhidos através dos instrumentos IARSP-R e Kidscreen (respondido pelas crianças/jovens e técnicos de psicologia) foi feito através do SPSS versão 19. No que toca às entrevistas realizadas, estas foram objeto de análise de conteúdo numa perspetiva mista: qualitativa e quantitativa de forma a analisar a ausência ou presença de um determinado conteúdo – no caso a caracterização do projeto *famílias amigas*, como também, quantificar e recolher dados específicos acerca da relação das *famílias amigas* com as crianças/jovens: posicionamento no mapa de rede social pessoal (família, amigos, colegas de estudo, profissionais da instituição e vizinhos), grau de proximidade (elevada, intermédia, baixa), funções desempenhadas (emocional, instrumental, financeiro, técnico, acesso a novos contactos, companhia social e regulação social), número de apoios assegurados e frequência de contactos (diariamente, mais do que uma vez por semana, semanalmente, uma ou mais vezes por mês, algumas vezes por ano). Estes dados estatísticos foram tratados na análise de conteúdo, no entanto por servirem de comparação com dados recolhidos no instrumento IARSP-R respondido pelas crianças/jovens, foram integrados também na análise quantitativa com recurso ao SPSS versão 19. Assim, após a transcrição integral das entrevistas e leituras flutuantes, criou-se

uma grelha de análise construída de forma indutiva, sem hipóteses prévias dado o caráter exploratório do estudo e a ausência de literatura acerca do projeto *famílias amigas*. Assim, o sistema de categorias surge como resultado de uma classificação analógica e progressiva dos elementos, em que as orações foram a referência linguística para a formação das unidades de registo, sendo as frases as unidades de contexto. Neste processo de categorização definiram-se três ordens de categorias, em que o agrupamento das primeiras originou as segundas e estas quando reunidas criaram as de terceira ordem, sendo as de primeira ordem as mais específicas e as de terceira as mais abrangentes.

O processo de categorização resultou na classificação de nove categorias de 3ª ordem que serão seguidamente enumeradas e associadas às categorias de 2ª e 1ª ordem (Cf. Anexo 3).

Sendo assim, a primeira categoria estabelecida denomina-se Caraterização geral do projeto Família Amiga e engloba:

- A definição de *Família Amiga* – famílias voluntárias que acolhem crianças/jovens (*famílias de acolhimento informal*) e que passam a fazer parte das vivências da criança/jovem como *famílias de afeto*;
- A caraterização pelos seus *objetivos* que se subdividem em quatro – *proporcionar experiências de afeto às crianças/jovens*, conciliado com um *ambiente disciplinar* (“e transmitir também regras à criança”), bem como proporcionar *vivências familiares saudáveis* e *propiciar “fugas temporárias à realidade institucional”*.
- Os *horários* em que as crianças/jovens convivem com estas famílias traduzem-se em encontros aos *fins de semana e férias letivas*.

A segunda categoria de 3ª ordem que se instituiu foi a Seleção e Avaliação das famílias amigas, que se subdividiu entre:

- A *importância da seleção e avaliação* que foi designada como categoria de 2ª e 1ª ordem, uma vez que para os técnicos “é fundamental avaliar tudo o que afeta direta ou indiretamente a vida dos nossos meninos”;
- *Formas de seleção e avaliação*, que divergem entre quatro categorias de 1ª ordem: *Formulário interno*; *Entrevista psicológica à família*; *Avaliação Psicológica* e *Visita domiciliária*;
- *Critérios de exclusão das famílias amigas* que se traduziu unicamente na *pretensão de adoção*: “se pretendem adotar não podem ser família amiga”.

A Seleção das Crianças/Jovens foi a terceira categoria abrangente a ser definida. Esta divide-se entre (i) as *caraterísticas da criança/jovem em que se pretende* que, em primeiro lugar, haja *acordo da criança/jovem* e para a selecionar pesam-se

caraterísticas/estados emocionais; (ii) as caraterísticas da família biológica, em que procuram também o acordo e as condições familiares.

Os Critérios de atribuição de uma família amiga a uma determinada criança é uma categoria de 3ª ordem que foi criada. Estes dividem-se entre (i) as *caraterísticas da família amiga*, onde se incluem as suas *expetativas* acerca do que pretendem e as *condições familiares* que apresentam; (ii) as *caraterísticas da criança/kovem* referentes ao seu *perfil psicológico* e às *necessidades emocionais* que manifestam.

Relativamente ao Balanço (categoria de 3ª ordem) que os técnicos fazem deste projeto, este reparte-se entre *desvantagens* e *vantagens*. As *desvantagens* prendem-se com as *dificuldades relacionais das crianças/jovens; incapacidade da Família Amiga* em “impor-se em termos disciplinares”; e sentimentos reiterados de *rejeição*. No entanto, há referências de que estas *desvantagens* são *contornáveis* (“formas de prevenir mesmo que não funcione”). As *vantagens* dividem-se entre sete categorias de 1ª ordem: *ultrapassar problemas pessoais; ser referência afetiva* das crianças/jovens; *aceder a novas experiências; alterar o conceito de família; aumentar a rede social pessoal; facilitar a projeção no futuro; e suprir as falhas da instituição.*

A categoria famílias amigas na Rede Social Pessoal das crianças/jovens subdivide-se em (i) *posicionamento* das famílias no mapa de rede social pessoal que divergiu entre o quadrante da família e das amizades; (ii) *grau de proximidade* das *famílias amigas* com as crianças/jovens que se divide entre proximidade elevada e intermédia; (iii) *funções desempenhadas* pelas *famílias amigas*, nomeadamente, emocional, instrumental, acesso a novos contactos, aconselhamento, companhia social e regulação social; (iv) *frequência de contactos* entre a *família amiga* e as crianças/jovens, que se decompõe entre *algumas vezes por semana, semanalmente* e *algumas vezes por mês.*

A avaliação do processo é uma categoria de 3ª ordem que se refere (i) à *avaliação da reação inicial da criança/jovem e da família amiga*, que é considerada positiva tanto relativamente à criança/jovem como à família; (ii) à *avaliação da evolução da criança/jovem* que é referenciada como acontecendo a *nível emocional e comportamental*; (iii) à *avaliação da evolução da relação que é descrita como mais fortalecida e mais próxima.*

A sétima categoria de 3ª ordem que se constituiu foi a Promoção do Recurso que se subdivide em (i) *práticas promocionais realizadas em encontros, feiras, na comunidade, junto dos amigos da instituição e dos professores das escolas;* (ii) *práticas promocionais não realizadas*, que se traduzem em *folhetos informativos e protocolo de avaliação.*

Por último, estabeleceu-se a categoria de 3ª ordem Número Insuficiente de famílias amigas que está fragmentada em (i) *estigma;* (ii) *falta de encorajamento ativo;* e (iii) *falta de regulamentação nacional*, que se subdivide entre a *inexistência de fundamento legal;* *inexistência de normas da Segurança Social;* e *inexistência de critérios de recomendação.*

De forma a atender aos objetivos oportunamente enumerados, segue-se a descrição dos resultados que se encontra organizada segundo os mesmos. Procurar-se-á estabelecer sempre que possível uma relação entre os dados obtidos e a fundamentação teórica, de forma a retirar algumas conclusões.

1. Caracterização das Redes Sociais Pessoais

1.1. Variáveis estruturais

Tamanho das RSP. A rede dos participantes é constituída em média por 9,54 ($\sigma=3,89$) elementos, sendo que a família é o quadrante que apresenta mais elementos (46,61% da totalidade). Os amigos representam 39,84% da rede, os profissionais da instituição 8,76%, os colegas de estudo 4,38% e, por fim, os vizinhos 0,40% (Figura 1).

Metade da amostra apontou a família como o quadrante com mais elementos da sua rede social, seguido dos amigos (23,1%), profissionais da instituição (7,7%) e colegas de estudo (3,8%). 7,7% das crianças/jovens nomeiam simultaneamente a família e os amigos como os quadrantes com mais pessoas significativas; 3,8% a família e a instituição e também 3,8% os amigos e os colegas de estudo.

A literatura sugere que uma rede de crianças/jovens deve ser constituída entre oito e dez elementos (Sluzki, 1996), sendo que Bravo e Del Valle (2003) apontam para oito em relação ao tamanho da rede de crianças/jovens em acolhimento residencial. Assim sendo, pode-se referir que a rede dos participantes apresenta um tamanho médio, existindo um equilíbrio entre um possível descomprometimento de redes extremamente alargadas como também uma sobrecarga dos elementos de redes consideradas pequenas. Os resultados acerca da distribuição dos elementos pelos quadrantes são consistentes com a literatura, uma vez que há estudos que apontam efetivamente que os amigos são considerados como as figuras mais importantes a seguir aos membros familiares (Goswani, 2011). O predomínio de familiares pode ser explicado pela percepção idealizada que as crianças/jovens, muitas vezes, desenvolvem acerca da família, mesmo quando sofrerem algum tipo de maltrato (Bravo & Del Valle, 2003; Siqueira *et al*, 2009; Jackson *et al*, 2009; Siqueira & Dell'Aglio, 2010; Mota e Matos, 2010). É de salientar que os profissionais das instituições se encontram no terceiro patamar, numa percentagem reduzida (8,76%), ao contrário do que aponta a

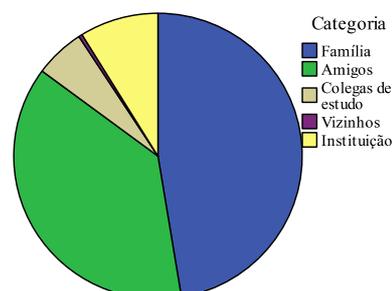


Figura 1. Constituição da RSP por quadrantes

literatura, uma vez que sugere que estes membros estejam equiparados aos amigos (Bravo e Del Valle, 2003). Apesar de os vizinhos serem considerados, pela literatura, como membros importantes para o desenvolvimento do papel social e sentimentos de pertença (Goswami, 2011), apenas um participante referiu um membro da vizinhança. Este resultado pode estar associado à perda do ambiente social que acontece com a institucionalização e pode demonstrar também uma lacuna dos próprios Lares no desenvolvimento deste tipo de relações comunitárias.

A média de idade das RSP é de 22,95 anos ($\sigma=14,85$), havendo oscilações entre as categorias: os membros familiares têm uma média de idade de 29,16 ($\sigma=16,40$); os amigos têm, em média, 13,74 anos ($\sigma=4,70$); os profissionais da instituição têm 35,45 anos ($\sigma=12,24$); os colegas de estudo 13,64 ($\sigma=8,17$) e os vizinhos têm, em média, 16 anos.

No que diz respeito à *composição da rede*, o número de quadrantes que cada criança/jovem preencheu com elementos variam entre 1 e 4 (de 5, uma vez que foi dividido o das relações comunitárias entre vizinhos e profissionais da instituição), sendo que em média, cada criança/jovem enumera elementos significativos de 2,27 ($\sigma=0,72$) quadrantes. Sluzki (2006) salienta que uma rede composta com elementos entre um e dois quadrantes gera menos opções, tornando-se mais inflexível e ineficaz, uma vez que é uma rede mais localizada. No caso, as crianças/jovens ainda se encontram no limiar médio de uma rede localizada, apesar de existirem redes com elementos em quatro quadrantes.

A *densidade da rede* é representada no mapa por 42,3% dos participantes como coesa (não existem grupos sem ligações entre si e há mais do que duas pessoas significativas a fazer a ligação entre os quadrantes); 38,5% representam-na como fragmentada (nem todos os elementos dos grupos estão interligados e não há mais do que dois elementos a fazer a ligação entre quadrantes); e 19,2% representam-na como rede dispersa (inexistência de ligações entre os elementos dos grupos e quadrantes). Uma rede coesa pode implicar elevado controlo e pressão, uma rede fragmentada é típica de sociedades individualistas e a dispersa é típica de indivíduos isolados (Sluzki, 1996). Assim, pode concluir-se que a maioria dos participantes apresenta uma rede coesa, o que pode ser explicado pela própria interação necessária e consequência da situação do acolhimento entre a família e os profissionais da instituição, como também entre ambos e os amigos, principalmente no caso de estes serem os que residem no Lar.

A *residência das figuras significativas* é, em 55,8% dos casos, na mesma cidade das crianças/jovens. Em todos os quadrantes se verificou que a maioria das pessoas significativas se encontravam a viver na mesma cidade, com a exceção do quadrante vizinho que reside a mais de 50 Km: 42,4% dos membros familiares; 68,1% dos amigos; 85,7% dos colegas de estudo; e 59,1% dos profissionais da instituição. Assim, as crianças/jovens estão relativamente perto da maioria dos membros significativos, o que é

positivo, uma vez que facilita o acesso, os contactos e o apoio por eles fornecido (Alarcão, 2007).

1.2. Variáveis funcionais

Quando se procurou averiguar o *tipo de apoio* que as crianças/jovens acolhidos entendem receber das pessoas que identificam como significativas, numa perspetiva global da rede, verifica-se que a maioria aponta para o nível máximo (o suficiente) nos vários tipos de apoios (Tabela 1), nomeadamente *emocional* (83,5%), *financeiro* (43,4%), *instrumental* (53%), *aconselhamento* (65,1%), *acesso a novos contactos* (59,4%), *companhia social* (75,9%) e *regulação social* (68,3%). No entanto, 80,3% dos participantes percecionam os membros da rede como não prestadores de *apoio técnico*.

Tabela 1:

Nível funcional da rede

Apoios Nível funcional	Emocional (%)	Financeiro (%)	Instrumental (%)	Técnico (%)	Aconselhamento (%)	Acesso a novos contactos (%)	Companhia Social (%)	Regulação Social (%)
Nenhum	2,4	32,5	24,9	80,3	9,6	17,3	3,2	9,2
Algum	14,1	24,1	22,1	4	25,3	23,3	20,9	22,5
Suficiente	83,5	43,4	53	15,7	65,1	59,4	75,9	68,3

Realizou-se também uma análise percentual pormenorizada da perceção das crianças e jovens acolhidos relativamente ao nível funcional de cada quadrante - família, amigos, profissionais da instituição, colegas de estudo e vizinhos, para todos os *tipos de apoios* (Cf. Anexo 4). De seguida, serão ressaltados os resultados mais expressivos em cada quadrante.

Assim, no que toca à família, as crianças/jovens percecionam-na como prestadores de algum ou suficiente *apoio emocional* (95,7%), *financeiro* (73,7%), *instrumental* (70,3%), *aconselhamento* (88,1%), *acesso a novos contactos* (77,1%), *companhia social* (95,7%) e *regulação social* (89,4%). No entanto, 85,6% dos participantes referem que estes membros significativos não prestam *apoio técnico*.

Relativamente ao quadrante das amigadas, as crianças/jovens percecionam estes membros como prestadores de apoio (algum e o suficiente) *emocional* (98,9%), *financeiro* (66%), *instrumental* (77,7%), *aconselhamento* (89,4%), *acesso a novos contactos* (90,5%), *companhia social* (96,8%) e *regulação social* (89,4%). Também os amigos não são percecionados pelas crianças/jovens (90,4%) como membros prestadores de *apoio técnico*.

Os profissionais da instituição são entendidos pelos participantes como prestadores de algum e suficiente apoio *emocional* (100%), apoio *instrumental* (72,7%), apoio *técnico* (86,3%), *aconselhamento* (86,3%), *companhia social* (100%) e *regulação social* (100%). No entanto, 54,5% das crianças e jovens percebem estes membros como não prestadores de apoio *financeiro*.

A totalidade dos colegas de estudo é percebida como prestadora de algum e suficiente apoio *emocional*, *instrumental*, *aconselhamento*, *companhia social* e *regulação social*. A prestação de algum e suficiente apoio *financeiro* por parte destas figuras é entendida por 57,1% das crianças/jovens, e o apoio *acesso a novos contactos* por 71,4%. Os participantes percebem os colegas de estudo como não prestadores de apoio *técnico* (78,6%).

O elemento do quadrante dos vizinhos (e ressalve-se que os dados a seguir mencionados terão que ver com as respostas de um participante, referente a apenas uma pessoa significativa deste quadrante) é percebido pela criança/jovem como prestador de algum apoio *emocional* e suficiente apoio *financeiro*, *instrumental*, *técnico*, *aconselhamento*, *acesso a novos contactos*, *companhia social* e *regulação social*.

É de salientar que as crianças e jovens, na sua maioria, têm uma percepção positiva das suas figuras significativas como prestadoras dos vários tipos de apoio (Cf. carácter multidimensional do vínculo, III parte, ponto 1.3.), com a excepção do apoio técnico, que apenas é fornecido pelos profissionais da instituição e figura única do quadrante dos vizinhos. Em contrapartida, o apoio financeiro é analisado pelas crianças/jovens como sendo prestado pelas figuras dos diferentes quadrantes, exceto pelos profissionais da instituição. Estes dados sugerem que as pessoas significativas são sentidas pela maioria das crianças/jovens como importantes e capazes de fornecer o apoio, entre adultos e pares. Este dado não é consensual com a literatura, uma vez que o apoio fornecido pelos adultos é geralmente percebido como mais eficaz do que o dos pares, e de uma forma geral, as crianças e jovens institucionalizados percebem os membros significativos como menos apoiantes do que amostras normativas (Bravo & Del Valle, 2003). No entanto, estes resultados podem dever-se à caracterização extremamente positiva e idealizada que as crianças/jovens desenvolvem principalmente em relação aos membros familiares. É de ressaltar ainda que o facto de não entenderem os profissionais da instituição como prestadores de apoio financeiro pode estar associado a uma perspectiva menos positiva que muitas crianças/jovens criam acerca da instituição, bem como ao facto de, geralmente, não terem acesso a determinadas experiências e vivências dos pares, até no que toca a experiências comunitárias uma vez que são consideradas pela literatura como limitadas. Assim sendo, muitas vezes as crianças/jovens não possuem oportunidades por falta de dinheiro.

Variáveis dos atributos dos vínculos

O caráter multidimensional do vínculo, ou seja, o número de apoios que as figuras significativas prestam simultaneamente, apresenta uma média de 6,19 ($\sigma=,954$) apoios. Os membros familiares conjugam em média 6,12 ($\sigma=1,158$) apoios em simultâneo; os amigos, uma média de 6,15 ($\sigma=1,050$); os profissionais da instituição prestam em média 7,03 ($\sigma=,953$) apoios; os colegas de estudo prestam em média 7,06 ($\sigma=1,091$) apoios; e os vizinhos, oito tipos de apoio. Assim, pode concluir-se que as redes são versáteis, uma vez que os elementos desempenham várias funções em simultâneo (Alarcão, 2007), tornando os vínculos de elevada qualidade para estas crianças/jovens que se sentem apoiados pelas figuras significativas.

Quanto ao apoio que as crianças/jovens fornecem aos elementos significativos, isto é, o nível de reciprocidade da prestação de apoio, 68,7% dos participantes referem que costumam dar-lhes muito apoio, 27,3% costumam dar-lhes algum apoio e 4% não costumam dar-lhes apoio. Na generalidade, as crianças/jovens entendem que fornecem apoio aos elementos da sua rede. Relativamente ao apoio prestado às figuras significativas de cada quadrante, saliente-se a Figura 2 em que está patente a mancha referente à prestação de muito apoio, em todas

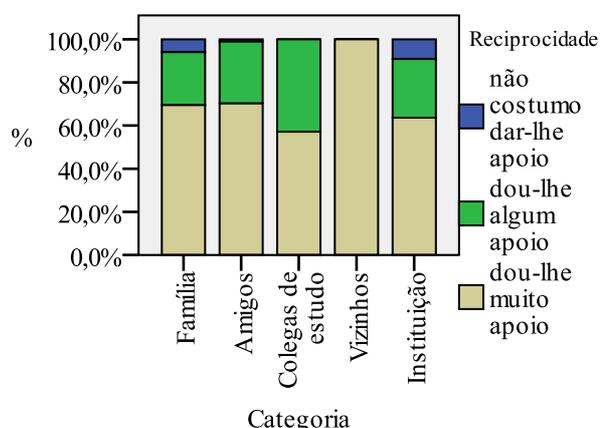


Figura 2. Apoio fornecido pela criança/jovem aos elementos de cada categoria

as categorias. Note-se que apenas 9,1% crianças/jovens sentem que não prestam apoio a membros da instituição, 5,9% a membros da família, 1,1% a amigos. Aos colegas de estudo, os participantes entendem que fornecem apoio entre muito (57,1%) e algum 42,9%. No caso do quadrante dos vizinhos, por apenas se referir a uma figura significativa, é prestado muito apoio pela criança/jovem que o nomeou. Desta forma, é possível referir que as crianças/jovens aceitam e retribuem o apoio prestado pelas figuras significativas que fazem parte da sua rede social pessoal, o que se mostra importante uma vez que a literatura afirma que a troca de apoio está associada a relações mais duradouras e fortes (Alarcão, 2007).

Quanto à frequência de contactos que as crianças/jovens mantêm com a sua rede, 44,6% dos participantes contactam diariamente com as figuras significativas; 18,9% algumas vezes por semana; 15,7% semanalmente; 10,8% algumas vezes por mês; 10% algumas vezes por ano. Relativamente à frequência de contactos que as crianças/jovens estabelecem, de forma diferenciada com os membros dos diferentes quadrantes, pela análise da Tabela 2, pode verificar-se que relativamente aos membros familiares, estes encontram-se divididos ao longo das diferentes hipóteses de contacto. Já no que toca à

frequência de contactos das crianças e jovens com aos amigos, profissionais da instituição e colegas de estudo, na sua maioria (73,4%, 72,7%, 71,4%, respetivamente) acontece diariamente. No que diz respeito ao quadrante dos vizinhos, o contacto é semanal (Tabela 2). Afirma-se, desta forma, as crianças/jovens mantêm vínculos frequentes com as figuras significativas, o que é positivo, tendo em conta que quanto mais frequente for o contacto com as redes, mais célere é a sua ativação em situações de crise (Alarcão, 2007).

Tabela 2.

Frequência de contactos com os elementos de cada quadrante

Quadrantes \ Frequência	Diariamente	Algumas vezes por semana	Semanalmente	Uma ou mais vezes por mês	Algumas vezes por ano
Família	13,6	28,8	22,9	18,6	16,1
Amigos	73,4	10,6	6,4	4,3	5,3
Instituição	72,7	13,6	9,1	4,5	0
Colegas de estudo	71,4	0	21,4	0	7,1
Vizinhos	0	0	100	0	0

2. Características sociodemográficas e Redes Sociais Pessoais

Para avaliar a relação entre o *tamanho da rede* e a *idade das crianças e jovens*, realizou-se primeiramente a análise exploratória de dados que revelou que os pressupostos se encontravam cumpridos, pelo que se partiu para o teste paramétrico de Pearson. No caso das variáveis *tamanho da rede* e *duração do acolhimento*, a análise exploratória de dados revelou que o pressuposto da normalidade não se encontrava cumprido. Conclui-se, assim, que não há correlação entre o *tamanho da rede* e a *idade das crianças/jovens* ($R=-.141$, n.s.), como também não existe entre o *tamanho da rede* e a *duração do acolhimento* ($R_{sp}=.232$, n.s.). Segundo Sluzki (1996) o tamanho da rede pode estar associado à idade das pessoas uma vez que pode ser alterado com as situações de vida próprias de cada faixa etária. No caso deste grupo de estudo as situações de vida acabam por ser muito semelhantes entre os participantes que partilham da mesma realidade e da mesma prática institucional. Assim, as variáveis parecem não estar associadas o que pode ser explicado pela partilha da mesma realidade, independentemente da idade. A não associação da duração do acolhimento com o tamanho da rede pode dever-se à manutenção das relações anteriores à institucionalização, bem como à constituição de relacionamentos novos que substituam o número de relações que não se mantiveram. Relembre-se que, para Sluzki (1996) e Guadalupe (2001), nas situações de doença/crise, são potenciadas outras relações sociais. Assim, a duração do acolhimento não está associado nem à diminuição nem ampliação da rede social das crianças/jovens.

De forma a averiguar a eventual correlação entre a *idade das crianças/jovens* e a *idade da rede*, e após efetuada a análise exploratória de dados que revelou que o pressuposto da normalidade da distribuição se encontrava cumprido, realizou-se o teste Pearson. Esta análise revelou que não há uma associação significativa entre as variáveis ($R=.110$, n.s.), pelo que a idade das crianças/jovens não se correlaciona com a idade dos membros significativos com os quais se relacionam.

3. Perceção da criança/jovem acerca da qualidade de vida

A perceção de qualidade de vida das crianças e jovens revelou-se globalmente positiva e semelhante à da amostra normativa portuguesa. A análise exploratória de dados revelou que os pressupostos da normalidade da distribuição e homogeneidade da variância não estão cumpridos, e como tal, recorreu-se ao teste não paramétrico Mann-Whitney para comparar a perceção da qualidade de vida dos participantes com a população em geral. Efetivamente, a perceção das crianças e jovens acolhidos acerca da sua qualidade de vida não difere significativamente da perceção da população em geral, em nenhuma dimensão: *Saúde e Atividade física* ($Z=11$, n.s.); *Sentimentos* ($Z=14$, n.s.); *Estado de humor* ($Z=15$, n.s.); *Sobre si próprio* ($Z=16$, n.s.); *Tempo livre* ($Z=12$, n.s.); *Família e ambiente familiar* ($Z=12$, n.s.); *Questões económicas* ($Z=18$, n.s.); *Amigos* ($Z=14$, n.s.); *Ambiente escolar e aprendizagem* ($Z=12$, n.s.); *Provocação* ($Z=10$, n.s.). Assim, conclui-se que as crianças/jovens apresentam uma perceção positiva acerca da sua vida no que toca à prática de desportos e atividades em grupo; capacidade de experienciar sentimentos positivos; experiência de sentimentos negativos; valorização do corpo; autonomia e existência de atividades prazerosas; qualidade de interações com a família; qualidade dos recursos financeiros; qualidade de interações com os pares; capacidade de interação e aprendizagem no ambiente escolar; sentimentos de rejeição pelos pares. Estando a qualidade de vida intimamente relacionada com a perceção que cada um tem de si e dos outros (Leal, 2008), e tendo em conta que quanto mais satisfeito o indivíduo está com o seu núcleo relacional, melhor a sua perceção da qualidade de vida (Orford, 1992), é possível referir que estes resultados podem estar associados à perceção (idealizada ou real) que as crianças/jovens manifestam acerca da sua rede social. Efetivamente, os participantes têm uma rede média, em que a distância geográfica é baixa, contactam frequentemente com os elementos e sentem-se apoiados a vários níveis. Desta forma, pode entender-se que a perceção da sua qualidade de vida seja positiva.

4. Perceção da criança/jovem e do técnico acerca da qualidade de vida

A análise exploratória de dados revelou que os pressupostos subjacentes à utilização de testes paramétricos não estão cumpridos, pelo que foi realizado o teste não paramétrico

Mann-Whitney. De uma forma geral, a percepção da qualidade de vida difere significativamente entre a perspectiva do técnico e da criança/jovem nalgumas dimensões: *Sentimentos* ($Z=150$, $p<.001$); *Tempo livre* ($Z=173$, $p<.01$); *Família e ambiente familiar* ($Z=161$, $p<.001$); *Questões económicas* ($Z=205$, $p<.05$); *Amigos* ($Z=176$, $p<.01$); *Ambiente escolar e aprendizagem* ($Z=169$, $p<.01$); *Provocação* ($Z=222$, $p<.05$). Ressalte-se que na amostra normativa, a integração das duas versões (filhos e pais) revelam diferenças significativas, em que os pais apresentam uma percepção mais positiva na maioria das dimensões, com a exceção das Questões económicas e Amigos em que percecionam uma qualidade de vida inferior. Neste caso, a percepção das crianças e jovens é mais positiva do que a dos técnicos (Tabela 3), o que sustenta a noção de que a percepção das crianças/jovens pode ser, muitas vezes idealizada.

Tabela 3.

Percepção da criança/jovem e do técnico sobre a qualidade de vida

Domínios da Qualidade de vida	Criança/jovem Ordem média	Técnico Ordem média	Z
Saúde e atividade física	29,94	23,06	248
Sentimentos	33,73	19,27	150***
Estado de humor	28,54	24,46	285
Sobre si (ele) próprio	27,65	25,35	308
Tempo livre	32,83	20,17	173**
Família e ambiente familiar	32,29	19,71	161***
Questões económicas	31,62	21,38	205*
Amigos	32,73	20,27	176**
Ambiente escolar e aprendizagem	33,00	20,00	169**
Provocação	30,96	22,04	222*

* $p<.05$ ** $p<.01$ *** $p<.001$

5. Características sociodemográficas e percepção da qualidade de vida

Os pressupostos da normalidade encontram-se cumpridos para a variável *idade das crianças/jovens* e nas dimensões *Questões económicas*, *Amigos* e *Ambiente escolar e aprendizagem*, pelo que de forma a testar a correlação entre a *idade* e estas dimensões, realizou-se o teste de associação paramétrico, Pearson. Para avaliar a associação da *idade* com as restantes dimensões, realizou-se o teste não paramétrico Spearman. A *idade* não está significativamente correlacionada com as dimensões *Saúde e atividade física* ($R_{sp}=.169$, n.s.); *Estado de humor* ($R_{sp}=-.372$, n.s.); *Sobre si próprio* ($R_{sp}=-.335$, n.s.); *Tempo livre* ($R_{sp}=-.188$, n.s.); *Família e ambiente familiar* ($R_{sp}=-.120$, n.s.); *Questões económicas* ($R=.10$, n.s.); *Ambiente escolar e aprendizagem* ($R=-.348$, n.s.); e *Provocação* ($R_{sp}=-.016$, n.s.). Por outro lado, há uma associação negativa significativa entre a *idade* e dimensão

Sentimentos ($R_{sp}=-.164$, $p<.01$), sendo que quanto maior a idade, menor a percepção de emoções positivas e bem-estar psicológico. Há também uma associação negativa significativa entre a *idade* e a dimensão *Amigos* ($R=-.408$, $p<.05$), em que quanto maior a idade, menor a percepção positiva de relações com os pares, aceitação no grupo e apoio prestado pelos amigos. Estes resultados vão ao encontro da literatura especializada, no sentido em que os/as crianças fazem uma avaliação da realidade mais positiva do que os adolescentes (Siqueira e Dell’Aglío, 2010). Note-se que relativamente às dimensões *Sentimentos* e *Amigos*, foram encontradas diferenças significativas mediante a resposta tenha sido dada pelo técnico ou pelas crianças/jovens. Deste modo, é possível que efetivamente a percepção da qualidade de vida seja mais positiva nas crianças do que nos jovens, sendo a dos últimos mais semelhante à dos técnicos.

No que diz respeito à associação entre a *duração do acolhimento institucional* e as dimensões da qualidade de vida, realizaram-se testes de correlação não paramétricos, Spearman, uma vez que os pressupostos da normalidade da distribuição não se encontram cumpridos, tendo-se verificado que a *duração do acolhimento* apresenta uma correlação negativa significativa com a dimensão *Saúde e atividade física* ($R_{sp}=-.395$, $p<.05$), sendo que quanto maior a duração do acolhimento institucional, mais pobre é a percepção acerca do nível de atividade, energia, aptidão física e capacidade para brincar e viver. No que toca às restantes dimensões, estas não apresentam uma associação significativa com duração do acolhimento: *Sentimentos* ($R_{sp}=-.261$, n.s.); *Estado de humor* ($R_{sp}=-.314$, n.s.); *Sobre si próprio* ($R_{sp}=-.219$, n.s.); *Tempo livre* ($R_{sp}=-.188$, n.s.); *Família e ambiente familiar* ($R_{sp}=-.330$, n.s.); *Questões económicas* ($R_{sp}=-.049$, n.s.); *Amigos* ($R_{sp}=-.048$, n.s.); *Ambiente escolar* ($R_{sp}=-.143$, n.s.); e *Provocação* ($R_{sp}=-.188$, n.s.). É de salientar a associação entre a duração do acolhimento e a dimensão *Saúde e Atividade física*, uma vez que a quanto maior a duração do acolhimento, mais insatisfeito está o participante com sua saúde e atividade física. Este facto pode ser traduzido nalguma inércia por parte das instituições, que não fornecem meios para que as crianças/jovens desenvolvam as suas capacidades físicas. Este resultado pode também ser associado à distribuição dos elementos significativos pela rede, uma vez que apenas um participante referiu membros da comunidade (na subdivisão vizinhos). Poderia ser neste quadrante que identificariam pessoas associadas a atividades desportivas, por exemplo.

A associação entre o *nível de escolaridade* e as dimensões da qualidade de vida foi avaliada com recurso ao teste não paramétrico Spearman, uma vez que o ciclo de escolaridade é uma variável ordinal. Verificou-se que o *nível de escolaridade* não está significativamente associado às dimensões da qualidade de vida: *Saúde e atividade física* ($R_{sp}=-.058$, n.s.); *Estado de humor* ($R_{sp}=-.234$, n.s.); *Sobre si próprio* ($R_{sp}=-.163$, n.s.); *Tempo livre* ($R_{sp}=-.070$, n.s.); *Família e ambiente familiar* ($R_{sp}=-.184$, n.s.); *Questões*

económicas ($R_{sp}=-.134$, n.s.); *Amigos* ($R_{sp}=-.291$, n.s.); *Ambiente escolar e aprendizagem* ($R_{sp}=-.190$, n.s.); e *Provocação* ($R_{sp}=-.082$, n.s.). Apenas há uma associação negativa significativa entre o *nível de escolaridade* e a dimensão *Sentimentos* ($R_{sp}=-.402$, $p<.05$), sendo que níveis de escolaridade superiores estão associados a percepções menos positivas de emoções e bem-estar psicológico. Este resultado pode ser articulado com a associação negativa significativa existente entre a idade e a dimensão *Sentimentos*. Quanto mais velhos, mais elevado o nível de escolaridade e como tal, apresentam uma percepção menos positiva da realidade que os rodeia.

6. Características das Redes Sociais Pessoais e percepção da qualidade de vida

6.1. Tamanho

A análise exploratória de dados revelou que os pressupostos da normalidade da distribuição da variável *tamanho da rede* e das dimensões *Questões económicas*, *Amigos* e *Ambiente escolar e aprendizagem* estão cumpridos. Realizou-se o teste Pearson para avaliar a associação entre o *tamanho da rede* e as dimensões mencionados e o teste não paramétrico Spearman para a correlação da variável com as restantes dimensões da qualidade de vida, tendo-se verificado que o *tamanho da rede* não está significativamente associado à percepção de qualidade de vida, em nenhuma das suas dimensões – *Saúde e atividade física* ($R_{sp}=.085$, n.s.); *Sentimentos* ($R_{sp}=.193$, n.s.); *Estado de humor* ($R_{sp}=-.233$, n.s.); *Sobre si próprio* ($R_{sp}=.127$, n.s.); *Tempo livre* ($R_{sp}=.219$, n.s.); *Família, ambiente familiar* ($R_{sp}=-.206$, n.s.); *Questões económicas* ($R=.026$, n.s.); *Amigos* ($R=.196$, n.s.); *Ambiente escolar e aprendizagem* ($R=.021$, n.s.); e *Provocação* ($R_{sp}=-.171$, n.s.).

6.2. Composição (número de quadrantes com elementos)

Tendo em conta que o pressuposto da normalidade da distribuição não se encontra cumprido para a variável *composição da rede* e dimensões da qualidade de vida, realizaram-se testes de associação não paramétricos, Spearman. Conclui-se assim que não existe associação significativa entre a *composição da rede* e as dimensões da qualidade de vida: *Saúde e atividade física* ($R_{sp}=-.058$, n.s.); *Sentimentos* ($R_{sp}=.063$, n.s.); *Estado de humor* ($R_{sp}=-.147$, n.s.); *Sobre si próprio* ($R_{sp}=-.097$, n.s.); *Tempo livre* ($R_{sp}=-.085$, n.s.); *Família, ambiente familiar* ($R_{sp}=.091$, n.s.); *Questões económicas* ($R_{sp}=-.351$, n.s.); *Amigos* ($R_{sp}=-.332$, n.s.); *Ambiente escolar e aprendizagem* ($R_{sp}=-.111$, n.s.); e *Provocação* ($R_{sp}=-.059$, n.s.).

6.3. Dispersão (distância geográfica)

Não há associação significativa entre as dimensões da qualidade de vida e o valor mediano da *distância geográfica* dos membros da rede: *Saúde e atividade física* ($R_{sp}=-.035$,

n.s.); *Sentimentos* ($R_{sp}=-.062$, n.s.); *Estado de humor* ($R_{sp}=-.079$, n.s.); *Sobre si próprio* ($R_{sp}=-.061$, n.s.); *Tempo livre* ($R_{sp}=-.017$, n.s.); *Família, ambiente familiar* ($R_{sp}=.148$, n.s.); *Questões económicas* ($R_{sp}=.285$, n.s.); *Amigos* ($R_{sp}=.099$, n.s.); *Ambiente escolar e aprendizagem* ($R_{sp}=-.231$, n.s.); e *Provocação* ($R_{sp}=.039$, n.s.). Conclui-se assim que o tamanho da rede, o número de quadrantes com elementos e distância geográfica a que os elementos significativos estão das crianças/jovens não está associado à perceção de qualidade de vida.

6.4. Tipos de apoios

Relativamente à associação existente entre os diferentes *tipos de apoio* e as *dimensões da qualidade de vida*, estes serão seguidamente expostos.

O valor mediano do apoio *financeiro* está significativamente associado à dimensão *Questões económicas* ($R_{sp}=.583$, $p<.01$), sendo que quanto melhor a perceção de apoio financeiro, melhor a perceção da criança/jovem relativamente ao nível de satisfação com os seus recursos financeiros. Relativamente às restantes dimensões, não há uma associação significativa: *Saúde e atividade física* ($R_{sp}=.157$, n.s.); *Sentimentos* ($R_{sp}=-.366$, n.s.); *Estado de humor* ($R_{sp}=.240$, n.s.); *Sobre si próprio* ($R_{sp}=-.362$, n.s.); *Tempo livre* ($R_{sp}=.045$, n.s.); *Família e ambiente familiar* ($R_{sp}=.013$, n.s.); *Amigos* ($R_{sp}=.003$, n.s.); *Ambiente escolar e aprendizagem* ($R_{sp}=-.350$, n.s.); *Provocação* ($R_{sp}=-.041$, n.s.).

Há uma associação negativa entre o valor mediano do apoio *instrumental* e a dimensão *Sobre si próprio* ($R_{sp}=-.547$, $p<.01$), sendo que quanto melhor for a perceção da criança/jovem sobre si próprio (auto-confiança, auto-estima, satisfação com a imagem corporal), menor será a sua perceção acerca da prestação de apoio instrumental pelos seus elementos significativos. Quanto às restantes dimensões, não se encontram associações significativas: *Saúde e atividade física* ($R_{sp}=-.042$, n.s.); *Sentimentos* ($R_{sp}=.074$, n.s.); *Estado de humor* ($R_{sp}=-.257$, n.s.); *Tempo livre* ($R_{sp}=-.089$, n.s.); *Família e ambiente familiar* ($R_{sp}=.100$, n.s.); *Questões económicas* ($R_{sp}=.333$, n.s.); *Amigos* ($R_{sp}=.115$, n.s.); *Ambiente escolar e aprendizagem* ($R_{sp}=-.140$, n.s.); *Provocação* ($R_{sp}=.119$, n.s.).

O valor mediano do apoio *técnico* não está significativamente associado às dimensões da qualidade de vida: *Saúde e atividade física* ($R_{sp}=-.070$, n.s.); *Sentimentos* ($R_{sp}=.076$, n.s.); *Estado de humor* ($R_{sp}=-.168$, n.s.); *Sobre si próprio* ($R_{sp}=-.091$, n.s.); *Tempo livre* ($R_{sp}=-.191$, n.s.); *Família e ambiente familiar* ($R_{sp}=-.118$, n.s.); *Questões económicas* ($R_{sp}=-.114$, n.s.); *Amigos* ($R_{sp}=-.046$, n.s.); *Ambiente escolar e aprendizagem* ($R_{sp}=-.186$, n.s.); *Provocação* ($R_{sp}=-.167$, n.s.).

Não há associações significativas entre o valor mediano do apoio de *aconselhamento* e as dimensões da qualidade de vida: *Saúde e atividade física* ($R_{sp}=.023$, n.s.); *Sentimentos* ($R_{sp}=-.046$, n.s.); *Estado de humor* ($R_{sp}=-.111$, n.s.); *Sobre si próprio*

($R_{sp}=-.297$, n.s.); *Tempo livre* ($R_{sp}=-.041$, n.s.); *Família e ambiente familiar* ($R_{sp}=-.058$, n.s.); *Questões económicas* ($R_{sp}=.128$, n.s.); *Amigos* ($R_{sp}=.070$, n.s.); *Ambiente escolar e aprendizagem* ($R_{sp}=-.081$, n.s.); *Provocação* ($R_{sp}=.155$, n.s.).

O valor mediano do apoio recebido *acesso a novos contactos* e as dimensões da qualidade de vida não apresentam correlações significativas: *Saúde e atividade física* ($R_{sp}=.079$, n.s.); *Sentimentos* ($R_{sp}=.019$, n.s.); *Estado de humor* ($R_{sp}=-.268$, n.s.); *Sobre si próprio* ($R_{sp}=-.341$, n.s.); *Tempo livre* ($R_{sp}=-.228$, n.s.); *Família e ambiente familiar* ($R_{sp}=-.069$, n.s.); *Questões económicas* ($R_{sp}=.145$, n.s.); *Amigos* ($R_{sp}=.077$, n.s.); *Ambiente escolar e aprendizagem* ($R_{sp}=-.338$, n.s.); *Provocação* ($R_{sp}=.046$, n.s.).

Há associações positivas significativas entre o valor mediano do apoio *companhia social* e dimensões da qualidade de vida: *Sentimentos* ($R_{sp}=.484$, $p<.05$), sendo que quanto mais elevada a companhia social, melhor o bem-estar psicológico e o sentimento de emoções positivas; *Estado de humor* ($R_{sp}=.415$, $p<.05$), em que quanto mais elevada a percepção de companhia social, menor a presença de sentimentos negativos; *Ambiente escolar e aprendizagem* ($R_{sp}=.459$, $p<.05$), pelo que quanto mais elevada a percepção de companhia social, melhor a percepção da criança/jovem da sua capacidade cognitiva e satisfação com a escola e professores. O valor mediano da *companhia social* não está significativamente associado às restantes dimensões: *Saúde e atividade física* ($R_{sp}=.040$, n.s.); *Sobre si próprio* ($R_{sp}=-.024$, n.s.); *Tempo livre* ($R_{sp}=.202$, n.s.); *Família e ambiente familiar* ($R_{sp}=.242$, n.s.); *Questões económicas* ($R_{sp}=.065$, n.s.); *Amigos* ($R_{sp}=.340$, n.s.); *Provocação* ($R_{sp}=.083$, n.s.).

Não há associações significativas entre o valor mediano da *regulação social* e as dimensões da qualidade de vida: *Saúde e atividade física* ($R_{sp}=-.114$, n.s.); *Sentimentos* ($R_{sp}=-.107$, n.s.); *Estado de humor* ($R_{sp}=.036$, n.s.); *Sobre si próprio* ($R_{sp}=-.373$, n.s.); *Tempo livre* ($R_{sp}=-.222$, n.s.); *Família e ambiente familiar* ($R_{sp}=-.021$, n.s.); *Questões económicas* ($R_{sp}=-.029$, n.s.); *Amigos* ($R_{sp}=-.158$, n.s.); *Ambiente escolar e aprendizagem* ($R_{sp}=-.121$, n.s.); *Provocação* ($R_{sp}=.206$, n.s.).

Tendo em conta estes resultados, os apoios que parecem influenciar de alguma forma a percepção de qualidade de vida, e que os sujeitos mais identificam como tal, são o apoio financeiro, instrumental e, principalmente a companhia social. A auto-estima e auto-confiança das crianças e jovens diminuirão a necessidade de apoio instrumental, provavelmente porque se sentem mais capazes de realizar as tarefas. É também de notar que o bem-estar psicológico, humor e satisfação com a escola estão associados à companhia social que é o apoio que mais influi na percepção de qualidade de vida destas crianças/jovens.

6.5. Frequência de contactos

O valor mediano de *frequência de contactos* das crianças/jovens com os elementos da rede e as dimensões da qualidade de vida não apresentam correlações significativas. Atente-se nos resultados: *Saúde e atividade física* ($R_{sp}=.205$, n.s.); *Sentimentos* ($R_{sp}=.243$, n.s.); *Estado de humor* ($R_{sp}=.127$, n.s.); *Sobre si próprio* ($R_{sp}=.021$, n.s.); *Tempo livre* ($R_{sp}=.028$, n.s.); *Família, ambiente familiar* ($R_{sp}=.022$, n.s.); *Questões económicas* ($R_{sp}=.074$, n.s.); *Amigos* ($R_{sp}=.215$, n.s.); *Ambiente escolar e aprendizagem* ($R_{sp}=.035$, n.s.); e *Provocação* ($R_{sp}=.159$, n.s.). Efetivamente as facilidades de comunicação que atualmente podem encurtar as distâncias e tornar os contactos mais frequentes, mesmo que não de uma forma presencial (Alarcão, 2007), podem assumir-se como fatores que levam a que a frequência de contactos não influencie a percepção de qualidade de vida das crianças e jovens acolhidos.

6.6. Multidimensionalidade (número de apoios assegurados pela rede)

A análise exploratória de dados revelou que o pressuposto da normalidade da distribuição da variável *multidimensionalidade* e das dimensões da qualidade de vida não se encontram cumpridos. Como tal, realizou-se o teste de associação não paramétrico Spearman. Não há uma associação significativa entre a *multidimensionalidade* e a *Saúde e atividade física* ($R_{sp}=-.227$, n.s.); *Sentimentos* ($R_{sp}=-.157$, n.s.); *Estado de humor* ($R_{sp}=-.356$, n.s.); *Sobre si próprio* ($R_{sp}=-.335$, n.s.); *Tempo livre* ($R_{sp}=-.286$, n.s.); *Família e ambiente familiar* ($R_{sp}=.023$, n.s.); *Questões económicas* ($R_{sp}=.275$, n.s.); *Amigos* ($R_{sp}=-.048$, n.s.); e *Provocação* ($R_{sp}=-.053$, n.s.). Há uma associação positiva significativa entre a *multidimensionalidade* e a dimensão *Ambiente escolar e aprendizagem* ($R_{sp}=.436$, $p<.05$), sendo que quanto mais apoios uma rede social pessoal assegurar, mais positiva a percepção da criança/jovem sobre a sua capacidade cognitiva, de bem-estar na escola e com os professores. Este dado mostra a importância de as crianças/jovens se sentirem apoiados, uma vez que o número de apoios fornecidos em simultâneo influencia a sua percepção acerca da escola, das suas capacidades e a relação com membros académicos. De resto, pode-se afirmar que o número de apoios assegurados pela rede em simultâneo não tem influência na percepção de qualidade de vida das crianças/jovens.

7. **Papel da Família Amiga**

7.1. Resultados da análise de conteúdo

Os resultados a seguir apresentados referem-se às duas entrevistas realizadas aos técnicos de Psicologia dos Lares de Infância e Juventude onde foram recrutadas as crianças/jovens que fizeram parte do grupo de estudo. A grelha de análise (Cf. Anexo 3) foi explicitada na II parte do presente trabalho, no ponto *Tratamento de Dados*.

O projeto *famílias amigas* foi designado pelo técnico X como sendo um projeto realizado por pessoas que são denominadas de famílias de afeto, uma vez que tem como principal objetivo proporcionar vivências afetivas, apesar de conciliarem também um papel regulador (“proporcionar também regras à criança”). Por outro lado, o técnico Y define estas famílias como aqueles que, de forma voluntária, acolhem crianças/jovens em regime de acolhimento, proporcionam experiências de afeto e uma “fuga temporária à realidade institucional”, fazendo com que conheçam outros ambientes. Ambos os técnicos salientam que as *famílias amigas* representam hipóteses de estas crianças/jovens lidarem com ambientes familiares saudáveis (“vivência familiar integral e saudável”), que lhes garantem outras perspectivas do que pode ser uma família. Referem ainda que as crianças/jovens convivem com as *famílias amigas* durante os fins de semana e férias letivas, sendo que a determinação do horário depende maioritariamente da disponibilidade das pessoas voluntárias, do ponto de situação em que a relação se encontra (ainda incipiente ou já estruturada) e da própria situação legal das crianças/jovens, que influencia a sua disponibilidade (como visitas da família biológica ou idas a casa).

Para o técnico X, a seleção das *famílias amigas* é realizada através de uma entrevista psicológica, de uma avaliação psicológica formal e de uma visita domiciliária. Nesta instituição, a pretensão de adotar é um critério de exclusão, pelo que é um dos temas das entrevistas realizadas às famílias (“se pretendem adotar não podem ser *família amiga*”). O técnico Y refere que é preenchido um formulário interno, é realizada uma entrevista psicológica com todos os membros da família e é realizada uma visita domiciliária. Assim, existe uma entrevista psicológica e visita domiciliária em ambas as instituições, no entanto o técnico X realiza avaliação formal, enquanto no Lar de Infância e Juventude do técnico Y, as famílias voluntárias preenchem um formulário. Ressalte-se que ambos os técnicos referem que a avaliação é extremamente importante, apesar da escolha dos trâmites fazer parte das opções de cada instituição (“é fundamental avaliar tudo o que afeta direta ou indiretamente a vida dos nossos meninos”).

Para que uma criança/jovem tenha uma *família amiga*, foi referenciado pelos dois técnicos que é necessário que “a própria criança concorde com este processo”; no entanto para o técnico X é também necessário o acordo da família biológica (“tentamos sempre o acordo da família biológica”). O nível de sofrimento e carência das crianças/jovens é também um aspeto a ser considerado e foi referido pelos dois técnicos, uma vez que priorizam “aquelas crianças que estão em sofrimento”, bem como atentam nas características emocionais que garantam um usufruto do projeto (“nem todas estão num grau de desenvolvimento emocional que lhes permita usufruir de uma experiência como esta”). O técnico Y acrescentou ainda que as crianças/jovens integradas em família amiga são geralmente as que não têm qualquer retaguarda familiar.

Relativamente à seleção de uma *família amiga* para uma determinada criança/jovem, ambos os técnicos referem que é através da entrevista psicológica que se discutem as expectativas das *famílias amigas* e condições familiares (como terem filhos, faixa etária, disponibilidade), integrando-as no conhecimento que possuem das crianças/jovens: perfil e necessidades emocionais (“se temos uma criança que está em grande sofrimento, que está muito carente, que está muito desorganizada, óbvio que isso também conta em poder ser ela a integrar aquele agregado, e não outra”).

No que toca ao balanço que os técnicos fazem acerca do projeto *famílias amigas*, o técnico Y refere que casos menos bem sucedidos se devem a dificuldades relacionais que as crianças/jovens manifestam, uma vez que por vezes “constroem muros emocionais que dificultam as relações pessoais” e rejeitam as pessoas que constituem as famílias. Por outro lado, o técnico X menciona que há casos em que as *famílias amigas* “não conseguem impor-se em termos disciplinares” e que isso pode constituir um fracasso do processo, podendo conduzir a sentimentos de rejeição e culpabilização da criança/jovem (“isto correndo mal, poderem integrar isto como outra vez rejeitados”). É ainda de salientar que ambos os técnicos consideram que estes aspetos menos positivos não constituem desvantagens incontornáveis, uma vez que há “formas de prevenir mesmo que não funcione” através de uma avaliação regular das famílias, das crianças/jovens e do próprio processo (“se o processo for constantemente avaliado e as famílias e meninos acompanhados, não vejo desvantagens”). Relativamente às vantagens deste projeto, os técnicos referem que são “imensas, a todos os níveis”. O técnico X menciona que estas famílias têm uma grande importância no que toca à projeção das crianças/jovens no futuro (questões académicas, profissionais e familiares). Refere ainda que são famílias “que os integra em todas as questões da sua vida quotidiana, que convive com eles com muita regularidade” e que, como tal, aumenta o núcleo relacional das crianças/jovens (“está completamente integrado na rede social da família amiga”). O técnico Y indica que estas famílias auxiliam as crianças/jovens a superar problemas pessoais e familiares, como “o ajudar a fazer um luto saudável” ou organização da história de vida. Ambos declaram que estas famílias são referências a nível afetivo (“cuja família amiga é a principal referência afetiva”), que lhes transmitem vivências familiares e noção de família diferente da que conheceram (“é esta família que lhe vai transmitir a ideia do que é uma família”) até porque “estas famílias, por vezes, são o que de mais parecido estes rapazes terão de uma família”. São também uma forma de suprir as falhas das instituições (“conseguimos impor os limites e o afeto fica sempre para segundo plano”), uma vez que, sendo um ambiente familiar, mais pequeno conseguem impor limites, proporcionar momentos afetivos e de vivência familiar que os Lares não conseguem.

Segundo os técnicos, as *famílias amigas* contactam com as crianças jovens mediante a sua disponibilidade, não existindo uma regra estanque. Assim, sete dos treze participantes contactam semanalmente com os elementos da família amiga, para cinco das crianças/jovens o contacto é realizado uma ou mais vezes por mês e para apenas um tem contactos algumas vezes por semana.

Os técnicos avaliam todo este processo de uma forma muito positiva, tanto quanto à reação das crianças/jovens (onze das treze crianças/jovens envolvidas no grupo de estudo) como das famílias (na sua totalidade), apesar de o técnico Y ressaltar que duas crianças/jovens adotam uma postura defensiva. Os técnicos referem que “frequentemente são vividas alterações a nível emocional” (atribuem estas alterações a sete das treze crianças/jovens) e há “uma grande evolução em termos de comportamento” (seis das treze crianças/jovens). Em todos os casos consideram que a relação entre a criança/jovem e a família amiga tende a evoluir positivamente ao nível da força e proximidade.

Relativamente à promoção deste recurso social, o técnico X indica que a sua instituição o promove junto dos professores das escolas com quem trabalham, bem como com pessoas da comunidade que de alguma forma estão relacionadas com o Lar. Este técnico menciona a necessidade de recorrer a outras técnicas de promoção, como folhetos informativos para alertar a comunidade para a necessidade de *famílias amigas*, bem como o estabelecimento de um protocolo de avaliação, de forma a organizarem a seleção das pessoas (“dentro da instituição devia estar estipulado como um processo”). O técnico Y refere que usualmente promovem este projeto em “encontros, feiras, na comunidade e juntos dos amigos institucionais”. Os técnicos consideram que há um número insuficiente de *famílias amigas* que, na opinião da técnica Y, se deve ao estigma que as pessoas alimentam acerca das crianças/jovens institucionalizados (“ainda existe um grande estigma em relação aos “meninos dos colégios”). A técnica X refere que esta limitação se deve à falta de encorajamento ativo por parte das instituições no meio envolvente, que pode também estar associado à inexistência de fundamento legal e de normas da Segurança Social (“pelo menos em termos de Segurança Social deveria haver um regulamento nacional”). A técnica X refere que o facto de não ser um processo legalizado, nem formal, nem sob a forma de recomendação (“mesmo que fosse até num carácter de recomendação e não obrigatório”), não transmite segurança nem para a instituição nem para as possíveis pessoas voluntárias e leva a que não se expanda o projeto.

Sendo o projeto famílias amigas um recurso social considerado de extrema importância por ambos os técnicos de psicologia, principalmente por promoverem o desenvolvimento sócio-afetivo das crianças/jovens em acolhimento, permitindo-lhes o acesso a novas experiências e colmatar as lacunas existentes nos Lares de Infância e

Juventude no que toca à falta de cuidados personalizados, de um ambiente familiar e relações marcadas pela afetividade, parece que seria pertinente desenvolver algum tipo de regulamento, tal como os próprios afirmam. Note-se que mesmo entre os dois técnicos entrevistados, em que há uma linha comum que caracteriza o projeto, há discrepâncias relevantes, nomeadamente ao nível da forma de seleção e avaliação das famílias amigas e das crianças.

Tendo em conta que a literatura alerta para a importância de um olhar individual e vinculativo de um adulto (Martins & Szymanski, 2004), e que os profissionais da instituição são pessoas que estão a trabalhar com estas crianças/jovens, pelo que há uma relação que pode ser contratual e pouco afetiva (Bravo & Del Valle, 2003; Martins, 2005a), parece que poderia ser importante assentar este recurso social como um recurso alternativo complementar para crianças/jovens sem retaguarda familiar, em que a duração do acolhimento é muitas vezes elevada e em que a carência afetiva persiste, uma vez que, segundo Mota e Matos (2010), experiências positivas e a resposta de pessoas significativas às necessidades pessoais, afetivas e sociais das crianças/jovens influenciam o seu desenvolvimento.

7.2. Perspetiva das crianças e dos técnicos sobre as *Famílias Amigas*

Os participantes do estudo que usufruem do programa Família Amiga são metade da amostra, no entanto apenas 6 das 13 crianças/jovens apontaram membros desta família na sua Rede Social Pessoal. Considerando a totalidade das crianças/jovens que indicam elementos da família amiga, foram identificados 21 membros significativos, tendo cada criança/jovem apontado em média 3,5 ($\sigma = 3,27$) pessoas. Estes membros apresentam uma média de idades de 32,48 ($\sigma = 15,83$) anos.

Destas figuras, 73,1% foram identificadas pelas crianças/jovens no quadrante da família, enquanto 75% destes membros foram identificados pelos técnicos como amigos, o que sugere que as crianças/jovens sentem as *famílias amigas* como pessoas com maior importância e com um papel familiar acrescido, apesar de os técnicos vislumbrarem estas famílias como membros do quadrante das amizades.

Das pessoas pertencentes às *famílias amigas*, 38,1% residem a mais de 50km e 33,3% vivem na mesma cidade das crianças/jovens.

Relativamente à *frequência de contactos*, 9,5% das crianças e jovens indicam que convivem diariamente com os membros da *família amiga*, 42,9% algumas vezes por semana, 42,9% semanalmente e 4,8% algumas vezes por ano. Os técnicos referem que 7,7% das crianças/jovens convivem algumas vezes por semana com a *família amiga*, 53,8% semanalmente e 38,5% uma ou mais vezes por mês. A diferença entre os dois grupos ao nível da *frequência de contactos* é estatisticamente significativa ($Z=215$, $p<0,01$), sendo que

os técnicos têm a percepção de que o contacto é mais distanciado no tempo do que as crianças/jovens (Tabela 4). Esta diferença pode ser explicada pelo facto da criança/jovem se centrar num período de tempo mais próximo do momento em que respondeu, enquanto os técnicos conseguem responder dando uma perspetiva geral. É de ressaltar que algumas crianças/jovens se encontravam de férias letivas, pelo que pode ter conduzido a uma resposta acerca desse mesmo período.

Tabela 4:

Mann-Whitney – Frequência de contactos em função do participante

	Criança/jovem Ordem média	Técnico Ordem média	Z
Frequência de contactos	13,76	23,54	215**

**p<.01

Na perspetiva da totalidade das crianças/jovens, os membros das *famílias amigas* fornecem apoio *emocional*; 85,7% dos participantes percecionam apoio *financeiro*; 95,2% apoio *instrumental*; 47,6% apoio *técnico*; 95,6% dão *aconselhamento*; 90,5% favorecem o *acesso a novos contactos*; 100% fazem *companhia social*; e 95,2% apoiam ao nível da *regulação social*. Na perspetiva dos técnicos, 92,3% dos membros apoiam *emocionalmente*; 100% não prestam apoio *financeiro*; 53,8% dão apoio *instrumental*; 100% não oferecem apoio *técnico*; 69,2% assumem uma função de *aconselhamento*; 84,6% facilitam o *acesso a novos contactos*; 84,6% prestam uma função de *companhia social*; e 53,8% assumem um papel de *regulação social*.

Há diferenças estatisticamente significativas entre as crianças/jovens e técnicos ao nível da percepção de alguns dos apoios prestados pelas Famílias Amigas (Tabela 5): apoio financeiro (Z=19, p<.001), apoio instrumental (Z=80, p<.01), apoio técnico (Z=65, p<.01) e regulação social (Z=80, p<.01), em que as crianças/jovens percepcionam mais apoio do que os técnicos. Relativamente aos restantes apoios não foram identificadas diferenças significativas em função do participante: apoio emocional (Z=126, n.s.), apoio de aconselhamento (Z=101, n.s.), acesso a novos contactos (Z=128, n.s.) e companhia social (Z=115, n.s.). Conforme já foi referido anteriormente, o facto de as crianças/jovens fazerem uma avaliação mais favorável do que os técnicos pode estar relacionado com a noção extremamente positiva e idealizada que desenvolvem acerca das famílias ou com a noção mais realista e ponderada dos técnicos. No entanto, é importante salvaguardar que estes resultados podem estar também associados a uma importância elevada que as crianças/jovens atribuem às famílias amigas e que os técnicos desconsideram. Note-se que se trata dos apoios financeiro, técnico e de regulação social (que não são funções que os psicólogos remetem para as famílias amigas).

Tabela 5:

Mann-Whitney – Percepção de apoio em função do participante

Tipos de apoio	Criança/jovem Ordem média	Técnico Ordem média	Z
Emocional	18.00	16.69	126
Financeiro	23.07	8.50	19***
Instrumental	20.19	13.15	80**
Técnico	20.80	12.00	65**
Aconselhamento	19.19	14.77	101
Acesso a novos contactos	17.88	16.88	128
Companhia Social	18.50	15.88	115
Regulação Social	20.19	13.15	80**

***p<.001 **p<.01

No que toca à *reciprocidade*, 61,9% das crianças/jovens referem que dão algum apoio às figuras significativas e 38,1% muito apoio.

As crianças/jovens entendem que o número de apoios assegurados pelas figuras é, em média, 7,10 ($\sigma=1,34$) em simultâneo. Na perspetiva dos técnicos é de 4,38 ($\sigma=0,97$) apoios. Como se observa a partir da análise da Tabela 6, há diferenças estatisticamente significativas entre a percepção das crianças/jovens e dos técnicos ao nível da *multidimensionalidade* dos membros das *famílias amigas* ($Z=20,50$, $p<.001$), sendo que as crianças/jovens têm uma percepção de um número de apoios assegurados pelas *famílias amigas* mais elevado do que os técnicos.

Tabela 6:

Mann-Whitney – Multidimensionalidade em função do participante

	Criança/jovem Ordem média	Técnico Ordem média	Z
Multidimensionalidade	23.02	8.58	20,50***

***p<.001

8. Famílias Amigas e Redes Sociais Pessoais

Estando cumpridos os pressupostos da análise exploratória de dados para as variáveis *tamanho* e *grupo* (com e sem família amiga), realizou-se o teste paramétrico teste t para amostras independentes. O *tamanho da rede* não difere significativamente entre as crianças/jovens com e sem família amiga ($t(24)=.01$, n.s.), sendo que parece que a família *amiga* não aumenta a rede social pessoal das crianças/jovens.

Os pressupostos da análise exploratória de dados revelaram que os pressupostos da normalidade e da homogeneidade não estão cumpridos para as variáveis *grupo* (com e sem família amiga) e *composição* (número de quadrantes com elementos). Assim, conclui-se

através do teste não paramétrico Mann-Whitney que não há diferenças significativas ao nível da *composição* em função dos *grupos* com família amiga e sem família amiga ($Z=61$, n.s.).

Há diferenças significativas entre as crianças/jovens com e sem família amiga ao nível da percepção de apoio *técnico* prestado pelas figuras significativas ($Z=52$, $p<.05$) e do *acesso a novos contactos* ($Z=49$, $p<.05$), sendo que em ambos os tipos de apoio as crianças/jovens inseridas em *famílias amigas* sentem-se mais apoiadas a estes níveis do que as demais. Relativamente aos restantes apoios, não há diferenças significativas em função do grupo: *emocional* ($Z=84$, n.s.); *financeiro* ($Z=89$, n.s.); *instrumental* ($Z=89,5$, n.s.); *aconselhamento* ($Z=78$, n.s.); *companhia social* ($Z=78$, n.s.); *regulação social* ($Z=71$, n.s.). Estes dados remetem para a inserção em *família amiga* como um fator de apoio percebido a nível técnico (note-se que os psicólogos não referiram este tipo de apoio como sendo fornecido às crianças/jovens) e de abertura ao conhecimento de outras pessoas.

No que toca à *frequência de contactos* das crianças/jovens com os membros das suas redes, não há diferenças significativas em função do *grupo* com ou sem família amiga ($Z=52$, n.s.). Também não se encontraram diferenças ao nível da *multidimensionalidade* (número de apoios assegurados pela rede) em função do *grupo* ($t(24)=1,75$, n.s.)

Desta análise, conclui-se que as crianças/jovens que têm *famílias amigas* não apresentam uma rede social pessoal diferente da dos demais, excepto quanto à percepção de apoio técnico (pouco percebido quanto à rede geral) e acesso a novos contactos, cumprindo com um dos objetivos identificados pelos psicólogos nas entrevistas.

9. Família Amiga e Percepção de Qualidade de vida

A análise exploratória de dados revelou que os pressupostos da normalidade da distribuição e homogeneidade da variância estão cumpridos para as variáveis *grupo* (ter ou não família amiga) e as dimensões *Saúde a Atividade física*, *Sentimentos*, *Sobre si próprio*, *Tempo Livre*, *Questões económicas*, *Amigos e Ambiente escolar e aprendizagem*. No caso das dimensões *Estado de humor*, *Família e ambiente familiar* e *Provocação*, os pressupostos não estão cumpridos e realizaram-se testes não paramétricos.

Verificou-se que não existem diferenças estatisticamente significativas ao nível das dimensões da qualidade de vida em função da inserção ou não em família amiga: *Saúde e atividade física* ($t(24)=.039$, n.s.); *Sentimentos* ($t(24)=1.508$, n.s.); *Estado de humor* ($Z=71,5$, n.s.); *Sobre si próprio* ($t(24)=-.151$, n.s.); *Tempo livre* ($t(24)=-.701$, n.s.); *Família e ambiente familiar* ($Z=95$, n.s.); *Questões económicas* ($t(24)=.273$, n.s.); *Amigos* ($t(24)=.123$, n.s.); *Ambiente escolar e aprendizagem* ($t(24)=-.529$, n.s.); e *Provocação* ($Z=72$, n.s.).

A inserção das crianças/jovens em *famílias amigas* não parece assim ter repercussões na sua qualidade de vida.

Parte IV: Conclusão

Os resultados deste estudo dão um contributo relevante para a compreensão da realidade das crianças/jovens em acolhimento institucional a partir da perceção dos mesmos sobre as relações que consideram significativas. Dado o número limitado de participantes, que não permite a generalização dos dados a toda a comunidade de menores em acolhimento residencial, poderia ser interessante vir a estender esta investigação ao universo da população em acolhimento institucional de longa duração em Portugal, comparando os resultados com os de crianças/jovens que vivem em contexto familiar dito *normativo*. Apesar de os ambientes familiares serem frágeis, disruptivos e contraditórios, e estarem na base da manutenção das crianças e jovens em contexto institucional, os familiares continuam a ser as pessoas mais significativas do seu universo pessoal, o que deve ser tido em conta nas orientações e estratégias de intervenção das instituições, que terão que envolver necessariamente as famílias. Neste sentido poder-se-ia comparar a perspetiva das crianças/jovens com a dos técnicos das instituições, de forma a perceber até que ponto esta perceção positiva poderá estar associada a mecanismos de defesa, de idealização da família, ou até a respostas sustentadas pelas teorias do senso-comum, socialmente expectáveis. A perceção de qualidade de vida das crianças/jovens é globalmente positiva, tendo sido encontradas associações estatisticamente significativas com características sociodemográficas como a idade e duração do acolhimento; e perceção do apoio prestado pelos membros da rede. Assim, numa perspetiva de avaliar o impacto da rede social pessoal na perceção de qualidade de vida, poder-se-ia construir um programa de intervenção na rede mediante as necessidades que cada criança/jovem apresenta quanto ao seu núcleo relacional (alteração, ampliação, ativação), e avaliar a perceção de qualidade de vida em momentos diferentes desta intervenção. Tendo em conta que apenas 7,7% das crianças/jovens referiu os profissionais da instituição como pessoas significativas e que a família é referenciada por metade dos participantes, torna-se necessária uma reflexão acerca da intervenção realizada em contexto institucional sobre a qualidade das relações entre adultos e crianças nesse mesmo contexto. Apesar de neste estudo o recurso *famílias amigas* não determinar diferenças significativas na rede social nem na perceção de qualidade de vida das crianças/jovens acolhidos, é caracterizado pelos técnicos como um recurso de elevada importância que desenvolve competências pessoais, sociais e formas de acção adequadas. Neste seguimento, poderia ser importante assumir um reconhecimento nacional e regulamentar deste recurso que conduzisse a uma estruturação e viabilização do mesmo, para o qual a investigação assume um papel fulcral e indispensável.

Referências bibliográficas

- Alarcão, M. & Sousa, L. (2007). Rede Social Pessoal: do conceito à avaliação. *Psicológica*, 44, 353-376.
- Alves, P. (2002). *Infância, tempo e atividades cotidianas de crianças em situação de rua: as contribuições da teoria dos sistemas ecológicos*. Tese de doutoramento em Psicologia do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Bourke, L. & Geldens, P. (2007). Subjective wellbeing and its meaning for young people in a rural Australian center. *Social Indicators Research*, 82, 165-187.
- Bowlby, J. (1951). *Maternal care and mental health*. Geneve: O.M.S.
- Bowlby, J. (1979). *Formação e rompimento dos laços afectivos*. São Paulo: Martins Fontes.
- Bravo, A. & Del Valle, F. (2001). Evaluación de la integración social en acogimiento residencial. *Psicothema*, 13(2), 197-204.
- Bravo, A. & Del Valle, F. (2003). Las redes de apoyo social de los adolescentes acogidos en residências de protección. Un análisis comparativo com población normativa. *Psicothema*, 15(1), 136-142.
- Bravo & Del Valle (2009). *Intervencion SocioEducativa en Acogimiento residencial*. Colección Documentos Técnicos, Cantabria.
- Bronfenbrenner, U. (1994). *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Del Valle, J. (1992). Evaluación de programas residenciales de Servicios Sociales para la infancia. Situación actual y aportaciones de los enfoques ecopsicológicos. *Psicothema*, IV(2), 531-542.
- Dishion, T. & Tipsord, J. (2011). Peer Contagion in child and adolescent social and emotional development. *Annual Review of Psychology*, 62, 189-214.
- Earls, F. & Carlson, M. (2001). The social ecology of child health and well-being. *Annual Review of Public Health*, 22, 143-166.
- Ferreira, M. & Marturano, E. (2002). Ambiente familiar e os problemas de comportamento apresentados por crianças com baixo desempenho escolar. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15,35-44.
- Freitas & Pocinho (2009). Valores morais e auto-conceito das crianças e jovens *institucionalizados*. Dissertação de mestrado da Faculdade de Filosofia pela Universidade Católica Portuguesa, Braga, Portugal.
- Gaspar, T., Matos, M., Ribeiro, J. & Leal, I. (2006). Qualidade de vida e bem-estar em crianças e adolescentes. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*, 2(2), Rio de Janeiro.

Gaspar, T., & Matos, M. (Eds.). (2008). Versão portuguesa dos instrumentos KIDSCREEN-52: Instrumentos de qualidade de vida para crianças e adolescentes. Lisboa, Portugal: Faculdade de Motricidade Humana.

Guadalupe (2001). *Intervenção em Rede e Doença Mental*. Comunicação apresentada no II Encontro de Serviço Social em Saúde Mental: Novas Perspectivas.

Guédon, M. (1984). Les réseaux sociaux. In Brodeur, C. & Rousseau, R. (dir), *L'intervention de réseaux – une pratique nouvelle* (16-33). Montréal: éditions france-amérique.

Goswami, H. (2011). Social Relationships and children's subjective well-being. *Soc Indic Res*, doi: 10.1007/s11205-011-9864-z.

Huefner, J., Handwerk, M., Ringle, J. & Field, C. (2009). Conduct disordered youth in group care: an examination of negative peer influence. *Journal of Child & Family Studies*, 18, 719-730.

Jackson, A., Frederico, M., Tanti, C. & Black, C. (2009). Exploring outcomes in a therapeutic service response to the emotional and mental health needs of children who have experienced abuse and neglect in Victoria, Australia. *Child and Family Social Work*, 14, 198-212.

Leal, C. (2008). Reavaliar o conceito de qualidade de vida. In <http://www.porto.ucp.pt/lusobrasileiro/actas/Carla%20Leal.pdf>, visitado em 27 de Abril de 2011.

Legault, L., Anawati, M. & Flynn, R. (2006). Factors favoring psychological resilience among fostered young people. *Children and Youth Services Review*, 28, 1024-1038.

Lei nº 147/99, de 1 de Setembro. *Diário da República - I Série A*, 204.

Manso, J., Baamonde, M., Alonso, M. & Barona, E. (2011). Na analysis of how children adapt to residential care. *Children and Youth Services Review*, 33(10), 1981-1988.

Martín, E. & Dávila, L. (2008). Redes de apoyo social y adaptación de los menores en acogimiento residencial. *Psicothema*, 20(2), 229-235.

Martins, P. (2004). *Protecção de Crianças e Jovens em Itinerários de Risco. Representações, Espaços e Modos*. Tese de doutoramento em Estudos da Criança, pela Universidade do Minho.

Martins, P. (2005^a). *O desenvolvimento pessoal e social da criança em contexto de vida Institucional — elementos para uma análise da ecologia da interpessoalidade*. In <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/6750>.

Martins, P. (2005^b). *A Qualidade dos Serviços de Protecção às Crianças e Jovens – As Respostas Institucionais*. In *Intervenção realizada no VI Encontro Cidade Solidária: Crianças em Risco: será possível converter o risco em oportunidade?*. Lisboa.

More (2005). As redes pessoais significativas como instrumento de intervenção psicológica no contexto comunitário. *Paidéia*, 15(31), 287-297.

- Mota, C. & Matos, P. (2008). Adolescência e institucionalização numa perspectiva de vinculação. *Psicologia & Sociedade*, 20(3), 367-377.
- Mota, C. & Matos, P. (2010). Adolescentes institucionalizados: o papel das figuras significativas na predição da assertividade, empatia e auto-controlo. *Análise Psicológica*, 2, 245-254.
- Nickerson, A., Brooks, J., Colby, S., Rickert, J. & Salamone, F. (2006). Family involvement in residential treatment: staff, parent and adolescent perspectives. *Journal of Child and Family Studies*, 15(6), 681-694.
- Radmilovic, S. (2005). The capacity to change and child and youth care practice: a program example and framework. *Child & Youth Care Forum*, 34(2), 127-139.
- Ribeiro, J. (2003). Quality of life is a primary end-point in clinical settings. *Clinical Nutrition*, 23(1): 121-130.
- Quinton, D., & Rutter, M. (1988). *Parenting Breakdown: the Making and reaking of Intergenerational Links*. Aldershot: Gower
- Sá, E. (1999). *Manual de Instruções para uma Família Feliz*. Lisboa: Fim de Século.
- Siqueira, A. & Dell'Algio, E. (2006). O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão da literatura. *Psicologia & Sociedade*, 18(1), 71-80.
- Siqueira, A. & Dell'Algio, E. (2010). Crianças e Adolescentes Institucionalizados: Desempenho Escolar, Satisfação de Vida e Rede de Apoio Social. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(3), 407-415.
- Siqueira, A., Tubino, C., Schwarz, C. & Dell' Aglio, D. (2009). Percepção das figuras parentais na rede de apoio de crianças e jovens institucionalizados. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 61(1), 176-190.
- Soares, I. (2007). Desenvolvimento da teoria e da investigação da vinculação. In Soares, I., *Relações de vinculação ao longo do desenvolvimento, teoria e avaliação*. Braga: Psiquilíbrios.
- Sluzki, C. (1996). *La red social: Frontera de la practica sistematica*. Barcelona: Gedisa.
- Speck, R. & Attneave, C. (1990). *Redes familiares*. Buenos Aires: Amorrortu.
- Sroufe, A., Carlson, A., Levy, K. & Egeland, B. (1999). Implications of attachment theory for developmental psychopathology. *Development and Psychopathology*, 11, 1-13.
- Tyler, F. (1984). El comportamiento psicosocial, la competencia psicosocial individual y las redes de intercambio de recursos como ejemplos de psicologia comunitaria. *Revista Latino-Americana de Psicologia*, 16, 77-92.
- Wellman, B. (1981). Applying network analysis to the study of support. In Wellman, B., *Social network analysis and social support* (171-200). Beverly Hills: Sage Publications.
- Ziehe, T. (1989). *Cultural Analysis: Youngsters, Education and Modernity*. Stockholm: Norstedts Forlag.